



# Anais da Assembléia

N.57

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 05 DE JUNHO DE 1986

ANO XII

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 10.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 1986  
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Gabriel Manoel e Djalma de Almeida César.

As dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gerente Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>a</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo expediente a ser lido,  
Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso

distribuído aos Senhores Deputados:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 15/86, (Mensagem n. 04/86 ex-Proposição n. 25/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os termos de revigoreamento, celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com as partes e datas que especifica. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 16/86 (Mensagem n. 05/86 ex-Proposição n. 26/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Cultura e do Esporte, com as partes, datas e objetivos conforme especifica. Aprovado.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado dos Transportes, consubstanciado em apelo no sentido de que através do órgão competente daquela Pasta, seja incluída no plano de estadualização, para fins de conservação e melhorias, a estrada intermunicipal que liga Pitanga a Iretama, no trecho compreendido entre Catuporanga - Nova Tebas - Poema, até a divisa do Município de Iretama, numa extensão de aproximadamente 29 Km.  
Sala das Sessões, em 05 de junho de 1986.

(a) GILBERTO CARVALHO

## JUSTIFICATIVA:

A melhoria que se pretende seja implantada naquele trecho de estrada intermunicipal, é de vital importância para o escoamento das safras agrícolas que ali são produzidas e que importam em grande arrecadação para o nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a inclusão no plano de estadualização, para fins de conservação e melhorias, a estrada intermunicipal que liga os Municípios de Pitanga a Iretama, no trecho compreendido entre Catuporanga - Nova Tebas - Poema, até a divisa do Município de Iretama, numa exten-

são de aproximadamente 29 Km. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária, para segunda-feira, dia 09, às 10:00 horas, com a seguinte

# ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n. 15 e 16/86.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 124/86.

Levanta-se a sessão.

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA - 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA da 12.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte seis dias do mês de maio do ano de um mil, novecentos e oitenta e seis, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Jorge Maia Filho, constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, e como nada constasse da Honra do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Odeni Mongruel apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 08/86, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi, PROJETO DE LEI N. 10/86, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi, bem como dos PROJETOS DE RESOLUÇÃO sob os n. 19 a 21/86, as quais foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

JORGE MAIA FILHO

Presidente

SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR

Secretário

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA SESSÃO ESPECIAL  
REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 1986  
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Gabriel Manoel e Orlando Pessuti.

As dez horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Anibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury,

Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tugúio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes. Presentes ainda, inúmeras entidades ligadas à agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, declaro aberta a

## SESSÃO ESPECIAL

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tenho a satisfação de anunciar a composição da Mesa.

Ilustríssimo Senhor Presidente da Organização das Cooperativas do Paraná, OCEPAR, GUNTOLF VAN KAICK.

Ilustríssimo Senhor Antônio Beni, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná, FETAEP.

Ilustríssimo Senhor Ágide Meneghetti, Presidente em exercício da Federação da Agricultura no Paraná.

Senhor Deputado Gabriel Manoel, 1.<sup>o</sup> Secretário da Assembléia Legislativa.

Senhor Deputado Orlando Pessuti, 2.<sup>o</sup> Secretário da Assembléia Legislativa.

Esta Presidência tem a honra de conceder a palavra ao Sr. GUNTOLF VAN KAICK, Presidente da OCEPAR, quando desejar fazer uso dela.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Airtton Cordeiro para saudar os ilustres visitantes em nome desta Casa.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Assembléia Legislativa do Paraná traz a este plenário, nesta manhã, lideranças da agricultura do nosso Estado. O setor produtivo está representado, compondo a Mesa através de personalidades das mais importantes do setor agropecuário do Estado do Paraná e do País. Somos honrados

pela presença do Presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR Guntolf Van Kaick -, pelo Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Paraná - FETAEP -, Antenor Beni e pela presença do Presidente em exercício da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP -, Ágide Meneghetti.

Com essas lideranças legítimas da agricultura do nosso Estado, aqui estão produtores e líderes da agricultura paranaense que vêm de várias regiões não só para trazer as suas preocupações, como também para que possam participar do envolvimento do Poder Político neste movimento de reivindicação dos agricultores do Estado do Paraná.

Acompanhei, em certa época de minha atividade profissional, o espírito, a luta e porque não dizer o sacrifício dos homens e das mulheres da produção. Por várias décadas, o Paraná é um Estado que tem sido cantado em prosa e verso como um Estado extremamente importante para a produção de alimentos, fornecendo uma contribuição ao País em duplo sentido: a contribuição para alimentação do nosso povo e a contribuição para as divisas que o Brasil consegue auferir e trazer através da exportação de produtos primários.

Hoje, infelizmente, nós somos obrigados a dizer que a agricultura precisa sair do discurso e ir para o campo. A agricultura não pode ser só um tema para o proselitismo político-eleitoral. A agricultura tem que ser encarada com maior seriedade, como fundamental para a vida, a sobrevivência e a subsistência de todos nós e, inclusive, para o saneamento das finanças deste País.

O Sul, particularmente, tem sofrido de uma forma profundamente cáustica com algumas medidas recentes do Governo Federal. Antes ainda do Programa de Estabilização Econômica, nós tínhamos uma desigualdade brutal no tratamento concedido pelo Governo aos produtores do Nordeste em relação aos produtores do Sul. Depois do programa, essas diferenças continuaram a persistir e, com tristeza, nós, recentemente, acompanhamos uma comissão de produtores do Paraná a Brasília, e sentimos que não havia no Governo Federal a atenção necessária para com os nossos produtores.

De tal sorte, Senhores Deputados, que numa reunião que durou mais de quatro horas no Ministério do Trabalho, com a presença do Ministro do Planejamento e do Ministro da Agricultura, as lideranças da agricultura do Paraná foram obrigadas a permanecer em pé, sem nenhum conforto, numa tática para cansar, não podendo discutir com tranqüilidade as suas questões.

E enquanto isso acontecia em Brasília, aqui, no Vale do Ivaí, agricultores esta-

vam sofrendo porque os bancos estavam executando as suas dívidas, alguns chegaram ao gesto extremo do suicídio e outros chegaram ao gesto da revolta, da agressão em legítima defesa contra aqueles que nos bancos procuravam pressionar os nossos agricultores. E nós sabemos que os agricultores do Paraná nem todos são abastados. E que muitos deles conquistaram o seu minifúndio para produzir para sua subsistência. O poder político não pode calar. O poder político não pode silenciar porque não tem o direito de silenciar. E com esta sessão aprovada unanimemente pelos Senhores Deputados que integram este Plenário, nós queremos sim ouvir as lideranças da agricultura do Paraná, e queremos mais, que o Governo do Estado se envolva nesta questão. E que o Governo do Estado pela sua liderança maior, que é a liderança do Governador, esteja junto com os Senhores, reivindicando com os Senhores, sendo um mensageiro dos Senhores junto ao Governo Federal, não apenas concordando com as medidas acertadas do Governo Federal, mas especialmente protestando contra os descertos do Governo Federal na política agrícola.

E aí estão os Senhores com temas importantíssimos como juros bancários, a comercialização safra, a questão da AGFs, questão dos EGFs, e outras questões que eu entendo importante, como por exemplo esta, que está na sensibilidade social, que é a questão da terra no Estado do Paraná.

Quando nós imaginávamos pudéssemos ter o assentamento rápido daqueles que estão sem terras e que, às margens das nossas estradas, se faz sol, passam calor, se chove, tomam chuva, se faz frio, tomam frio, se não têm comida não comem, porque infelizmente não têm a assistência que deveriam merecer.

E se este é o momento em que as questões sociais têm que estar acima de quaisquer outras questões, nós não podemos fechar os nossos olhos, não podemos fechar os nossos ouvidos, não podemos silenciar a nossa boca, na hora em que nós temos a obrigação e o dever de defender estes que estão sofrendo e que estão penando.

Nós esperamos, portanto, que dessa sessão, possamos recolher os subsídios necessários para que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná elabore um documento dos mais sérios, e o encaminhe ao Presidente da República, não como um documento a mais que se faz, não, mas um documento que tenha o peso, sobretudo, da liderança agrícola do Estado do Paraná, e que tenha o peso do respaldo dos Senhores Deputados, e que possa ter o peso também, para sensibilizar aqueles que devem decidir com sinceridade, não decidir pura e simplesmente para fazer o jogo das pla-

térias maiores, mas para ir à raiz do problema, na agricultura, é ouvir os produtores para depois decidir, porque somente assim o Governo estará realmente orientado e informado sobre qual o caminho que deve seguir para atender este setor substancial da economia do nosso País.

Saúdo, portanto, os Senhores que estão aqui, agradecendo em nome desta Casa a presença de todos os Senhores, e dizendo que, realmente está tem que ser a Casa do Povo, porque aqui estão representados todos os segmentos da sociedade paranaense. E aqui devem estar representados especialmente nesta hora crucial, os homens e as mulheres que com as mãos calejadas trabalham a terra e tiram dela, para comer e para fazer com que nós possamos nos alimentar. Este é um assunto que merece seriedade, e é com esta seriedade que nós aqui nos encontramos e saudamos os Senhores que nos honram com as suas presenças.

Muito obrigado! - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Com a palavra, o Senhor Deputado Caíto Quintana, da representação do PMDB.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. representantes de entidades ligadas ao setor de produção, ligadas à agricultura, Srs. produtores, representantes de todas as entidades aqui presentes.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, indiscutivelmente vive, esta manhã, um dos belos momentos que se contempla neste Parlamento.

Ao invés de termos pela manhã apenas a Sessão Ordinária da Casa em que dois projetos que me parece, de Cidadania Honorária, estariam sendo aqui voltados, temos a presença de homens preocupados com a agricultura do Estado do Paraná.

Um debate sem dúvida alguma frutífero. Um debate que representa os anseios do povo paranaense. Um debate sem hora para encerrar. Sem questão regimental de tempo. Porque a agricultura vive, na sua prática, preocupada com o tempo. Seria ironia, nesta Casa, o tempo também ser obstáculo para a continuidade da reunião.

Precisamos, sob todas as formas, engajarmos a força paranaense na defesa deste setor primário de produção. Mas, um País como o Brasil e num Estado como o Paraná, indiscutivelmente é essencial e vital para o nosso desenvolvimento.

Sr. Presidente, Srs. Representantes de órgãos ligados à agricultura, sou um Parlamentar que venho de uma região de minifúndio do Sudoeste e Oeste do Paraná, região de alta produção. Somos testemunhas, no curso do tempo, da quantidade enorme de

trabalhadores da agricultura deste Estado prejudicados ano a ano pela política nacional. Conhecemos homens que dedicaram a vida para a produção e homens que encerram a vida não conseguindo sequer manter sua própria propriedade.

Ouvia o Deputado Aírton Cordeiro falar que é hora de sairmos da teoria para entrarmos na prática. E é verdade a afirmativa.

Durante muitos anos se falou em agricultura em todos os Governos como prioridade número um de todo e qualquer Governo que passa pela Nação. Talvez por saber que a nossa Nação é uma Nação agrícola. Talvez até por sentir que exatamente no homem que trabalha a terra está o maior colégio eleitoral da Nação brasileira. Mas, não basta para o agricultor os decretos, os pronunciamentos e as colocações de prioridade da agricultura. Necessita a agricultura brasileira realmente ser considerada como prioridade nacional e, mais do que isto, ser considerado o aspecto do homem que gera o produto na agricultura, para que ele produzindo, tenha condições de se sustentar numa política agrícola justa e que lhe dê a perspectiva de produzir, mas também de prosperar.

Que os senhores aqui presentes, nenhum de nós na vida trabalha sem o objetivo de poder prosperar. Este é o maior incentivo para a agricultura: oferecer ao agricultor a possibilidade de que trabalhando possa, ao gerar o produto, ficar com o lucro capaz de melhorar sua lavoura e de dar melhores condições para sua própria família.

Esta é a verdade prática do homem que trabalha na agricultura. E temos percebido que a política agrícola é insana, injusta, para o trabalhador de nossa terra.

Por isto, no dia de hoje, em que o Sul do Brasil, não só o Paraná, vive um problema dos mais graves no setor da sua agricultura, é importante que as vozes paranaenses se levantem. E esta Assembléia já teve participação em movimentos, tanto de produtores de produtos agrícolas, como em criadores de suínos, tentando sensibilizar na Secretaria da Agricultura, no Ministério da Agricultura do Paraná, para a grave crise que atravessa o Sul do Brasil. Somos, na verdade, a região nacional responsável pelo equilíbrio da agricultura do Brasil. Esta é uma constatação que os números nos dão. É no Sul do Brasil que se produzem os gêneros básicos para o sustento da nossa economia agrícola e temos percebido, sem querermos distinguir regiões dentro do mesmo território nacional de que enquanto aqui no Sul se produz e se sacrifica o produtor, em outras regiões do País se aplica na tentativa até agora vã de fazer produzir.

Então, constantemente temos feito uma

afirmativa: é como se uma pessoa tivesse dois estabelecimentos comerciais: um rendendo e outro dando prejuízo e você, sistematicamente, ano a ano, tirasse o lucro daquele que está rendendo para procurar recuperar aquele que está dando prejuízo. Existe um limite na economia para que não se faça uma sangria muito grande naquele que está produzindo para segurar aquele que está dando prejuízo sob pena de os dois irem à falência.

Nós, no Sul, estamos, ano a ano, sendo sacrificados e estando produzindo em benefício de outras regiões do País, que não produzem, e que experiências fracassadas têm feito ano após ano, e isto está levando o Rio Grande do Sul, o Paraná, Santa Catarina, parte de São Paulo, Mato Grosso, os Estados mais sulinos, para uma verdadeira falência na sua agricultura.

O Governo Federal precisa entender que o suinocultor, por exemplo, aqui no Estado do Paraná, quando se fala em fixação do homem na terra, quando muitas e muitas vezes se destina uma política social na construção de canchas de esporte, na construção de pavilhões, na construção de centros comunitários, e diz-se que isso vai fazer a fixação do homem na terra. O homem não se fixa na terra com prejuízo. A maior forma de fixação da pequena propriedade na terra está exatamente na diversificação daquilo que se produz na pequena propriedade. Uma das coisas que dá maior sustentação para o homem da pequena propriedade, é a possibilidade de manter, embora pequena, a sua criação de suínos, capaz de lhe socorrer numa emergência, numa entressafra, o produtor agrícola plantado.

No entanto, o que se percebe hoje, é que a suinocultura do Paraná está trabalhando com prejuízo e os números falam claro. Está se percebendo que o suinocultor do Paraná está vendendo as suas matrizes por preço de suíno de corte. Está se percebendo que o investimento feito para a construção de chiqueiros e pocilgas, está ficando despovoado e gerando, cada vez mais, maior prejuízo. Está se percebendo desestímulo; está se percebendo a impossibilidade de permanecer com essa atividade agrícola e, está se chegando à conclusão de que a suinocultura vai parar.

Alguma coisa tem que ser feita, mas eu ouvi a colocação do colega que, anteriormente ocupava a tribuna, alguma coisa tem que ser feita aqui e agora; um documento de todos os homens interessados pela produção do Sul, mas alguma coisa tem que ser feita também, e agora, na política agrícola.

Não podemos permanecer no estudo para o ano que vem ou para a próxima safra, sob pena de no ano que vem e na próxima safra, encontrarmos segmentos da nossa agricultu-

ra já falidos.

Emergência se socorre no instante; emergência se faz imediatamente e os Estados do Sul estão em emergência nesse setor. Da mesma forma, a política agrícola adotada, em andamento numa safra, é nefasta para a produção. Até concordo de que alguma coisa tenha que se alterar no sistema de financiamento de produção, nas AFGs e IGFs, para que, arrumando a casa da produção se possa gerar uma política agrícola mais estável a nível nacional.

É incompreensível de que no instante em que está desencadeado o processo de plantio nesta região que representa a produção nacional, se mude, nesta hora, as regras totais e se traga para o produtor, o desestímulo, o medo, a incerteza e a impossibilidade de fazer os cumprimentos de contratos já elaborados.

Quem de nós que milita na área agrícola não percebe de que nós estamos, hoje, já com uma produção de trigo elaborada, grande parte dela colocada sobre a terra, são agricultores de conceito, de respeito, agricultores merecedores de crédito, que já retiraram nas sementeiras, nas cooperativas, em firmas que trabalham com agricultura, as sementes, os adubos e os insumos para produzir. E, neste instante, vem o Governo dizer que não vai financiar mais que 40 ou 60% deste produto. E fica a pergunta aqui no ar: se a dívida já foi compromissada, se o produto já está lançado na terra, se o compromisso do pagamento já está feito e se não tem o capital próprio para pagar este compromisso feito anteriormente, e o Governo ainda estipula além do juro, que não atende aos interesses da agricultura, uma taxa para o pagamento não pontual de multa, como vai ficar este produtor? Vai pagar com que recurso, vai buscar d'onde? Necessitamos exatamente conversar frente à frente com os homens responsáveis pela política agrícola nacional para colocar esta realidade e não permitir o desestímulo deste fator importante da vida nacional e responsável, sem dúvida alguma, pela fixação, pelo trabalho, pelo desenvolvimento de milhares de brasileiros e responsável sempre pela única fonte respeitável, duradoura e constante da economia nacional, para fazer frente a tantas aventuras feitas nesta Nação, em tempos recentes, buscando o seu desenvolvimento.

Quero aqui também, parabenizar na minha forma de entender, o Governo do Estado do Paraná a partir do instante que recentemente criou a Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários e manteve a Secretaria da Agricultura com o homem voltado à produção. Porque nós temos dois problemas sérios no Paraná.

Um deles, é o aumento, ano a ano, de pequenos trabalhadores da agricultura que

pela política desacertada da nossa agricultura vendem a sua propriedade e passam a formar fila com os sem-terras, com os bôias-frias, aumentando a legião de homens que não têm o seu pedaço de terra para produzir.

Mas, de outro lado, temos um segmento importante que também é o agricultor do Paraná: pequeno, médio ou grande, que é responsável pela nossa produção e o que nós estávamos percebendo é que na área responsável pela produção nacional, embo-lasse o meio-campo. A política voltada da Secretaria não sabia se atendia com prioridade aqueles que já não possuíam a sua terra e que faziam parte desta legião enorme de homens que precisam que o Governo se preocupe com ele, para que tenha, na reforma agrária, a distribuição de um pedaço de terra para produzir ou se voltaria a sua prioridade para a produção.

Pois bem, o ângulo que analiso e que acho importante, neste instante, é que, criada a Secretaria Extraordinária para Reforma Agrária, essa Secretaria irá preocupar-se vinte e quatro horas por dia para a solução dos homens sem-terra do Paraná. E a Secretaria da Agricultura, que é a Secretaria voltada para a produção, irá preocupar-se, através dos seus segmentos, para gerar condições que aqueles que estão produzindo tenham o respaldo e o apoio necessário na hora certa para continuar produzindo e lutando por uma política econômica mais justa.

O Sr. Nilso Squarezzi - Deputado, Vossa Excelência enfatiza que a Secretaria da Agricultura deveria orientar-se na tentativa de incrementar a produção.

Gostaria de dar um depoimento, porque me parece, sobremaneira relevante, sob a forma de atuação do movimento agrícola do Paraná, que deve desencadear.

Juntamente com lideranças agrícolas do Paraná, estivemos em Brasília, no dia 22 de fevereiro, cinco dias antes do pacote e lembro-me, numa audiência que tivemos com os Ministros do Trabalho, do Planejamento e da Agricultura, nós dos três Estados do Sul, as três Assembléias do Sul e as lideranças sindicais, cooperativas, a agricultura, enfim, reivindicávamos, naquela ocasião, dias antes do pacote, um tratamento ao Sul, de maneira igual ao que já tinha sido dispensado ao Nordeste quando no Nordeste havia uma correção monetária privilegiada, em torno de 35%. O Governo nos prometeu que, cinco dias depois, daria uma resposta ao Sul, e a resposta veio, na forma do pacote.

Há questão se cinco dias atrás, o Ministro Dilson Funaro esteve em Curitiba, e eu, pessoalmente, lhe entreguei um documento da Associação dos Suinocultores do

Paraná e, em rápidas palavras tentei demonstrar-lhe a situação das dificuldades em que se encontra a suinocultura no Paraná.

Dois dias antes - e agora é que vem a questão da Secretaria da Agricultura - o Secretário da Agricultura do Paraná estivera numa audiência em Brasília, junto com o Presidente da Associação dos Suinocultores, com o Secretário da Comissão Geral de Abastecimento, vinculada diretamente ao Ministério da Fazenda. Eu, dois dias depois, aqui em Curitiba, cobrava do Ministro uma posição sobre a suinocultura, e este, espantado, me dizia que desconhecia totalmente o que acontecia com a suinocultura do Paraná. Eu lhe dava alguns dados, e ele dizia: "Realmente, a situação é grave. Como é que eu não sei?"

E eu lhe disse: "Olha, Ministro, o Sr. me desculpe, mas acredito que a sua assessoria não vem lhe informando, não só desde anteontem, que o Secretário da Agricultura do Paraná esteve com a Comissão de Abastecimento numa reunião; mas há mais de quarenta dias eu mesmo lhe passei três telex, dando conta da situação angustiante e aflitiva que vive o nosso suinocultor".

O que eu quero dizer aos senhores, é que eu acho que esta reunião é muito boa para que a classe política estadual tenha conhecimento.

Mas nós vamos ficar eternamente nos iludindo, se não mudarmos nós, do Sul, a tática que o Nordeste tem usado magistralmente. Quando o Nordeste conseguiu 35% da correção monetária para a agricultura do Nordeste, foi porque os Parlamentares Federais do Nordeste, entendendo que um jogo democrático se faz também com pressão, conseguiram e tiraram do Governo aquela medida. Num regime aberto, se prioriza determinadas coisas com pressão. Se nós não incorporarmos neste luta os nossos Parlamentares Federais, estes que podem exercer a pressão efetiva em cima do Governo Federal para tirar determinadas posições e determinadas soluções, vamos ficar como sempre ficamos: protestando aqui, na tribuna, mandando documentos, fazendo os senhores, na rua, movimentação, indo à frente dos bancos, mas não vamos chegar, efetivamente, a lugar algum.

Eu acho que a incorporação dos Parlamentares Federais é essencial, porque agora que o Congresso Nacional está num esforço concentrado e que o Governo tem interesse que determinadas matérias sejam aprovadas - oxalá tivéssemos aqui nos Estados do Sul, que realmente representam a agricultura, numa posição firme, junto conosco, exigindo do Governo determinadas soluções, este teria que atender.

Então, eu acho e faço uma sugestão aqui, de que as soluções sejam colocadas



em primeiro lugar, na nossa Bancada Federal, dos três Estados do Sul. Caso contrário, eu vejo mais uma tentativa sem nós termos, realmente, um instrumento eficaz e eficiente e que tenha percussão as nossas reivindicações, e soluções que nós exigimos, e que são soluções em defesa do Paraná, principalmente da região que produz a agricultura, e que é a região Sul do Brasil.

Então, acho que temos que, das conclusões aqui, cobrar em coragem dos nossos representantes federais, porque, caso contrário, o documento vai ser mais um daqueles muitos que nós levamos, que nós fizemos, e infelizmente não fomos atendidos, como das várias vezes que sei que as lideranças já foram em audiências, falaram, replicaram, reclamaram. Só conseguiremos isso com uma força de pressão eficiente.

Acho até que não precisa por trator na rua; não precisa fazer protesto, desde que os nossos Deputados Federais e os nossos Senadores dos Estados do Sul, e o Deputado Celso Sabóia tentou fazer isso. Eu acho que, se nós passarmos a cobrar deles, nós teremos um instrumento eficiente realmente de conseguir, porque aí nós colocamos também o Governo sob pressão. Eu acho que isso não significa dizer que somos contra o "pacote" ou contra o Governo Federal, mas exigimos aquilo que o FIN tem direito. Acho que esta é uma posição que tem que ser considerada quando Vossa Excelência disse que a Secretaria da Agricultura teria agora a incumbência de, apenas, tratar da produção. Eu acho que todos vão tratar da questão da produção, mas na política agrícola do Governo só conseguiremos alguma coisa eficiente e de respaldo se tivermos também a força para fazer a pressão necessária.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e acho um dos pontos bons colocados para a discussão neste temário.

Realmente, há questão de quinze dias mais ou menos, foi feita uma passeata na Boca Maldita com os suinocultores vindos das mais variadas regiões do Estado do Paraná. Esta passeata chama a atenção da imprensa do Estado do Paraná, mas dificilmente atinge o alvo que é exatamente o setor ligado à economia e à cultura nacional.

O Deputado Nilso Sguarezi faz uma colocação que eu acho importante para ser avaliada. Antes de fazermos passeata, comprometendo e dificultando os nossos trabalhadores lá do Interior que, via de regra, não trazem resultado, exatamente aí está um ponto a ser tomado por todos os partidos e por todos os Estados do Sul. Agregar as bancadas federais e dar um cheque-mate

no Governo, neste momento de esforço concentrado. Não vota as matérias se não viermos discutir a política agrícola do Sul do Brasil. Bloqueia a pauta do Congresso. Ameaça de não aprovar aquilo que for interesse do Governo. E aí, existe uma pressão que atinge exatamente o coração da República, a necessidade do diálogo porque os representantes federais dos Estados do Sul, unidos, vêm todos defender os interesses, neste momento.

Eu acho que é uma medida que deve ser avaliada hoje.

Gostaria, também, para encerrar, de deixar um assunto que temos falado nesta tribuna, polêmico eu sei, mas bom de ser pensado, também. Temos visto, no curso dos anos, que quando o produtor brasileiro não produz ou se armazena os produtos na busca de preço, o Governo, no meu ponto de vista, até acertadamente ameaça com a importação para tentar garantir os preços no mercado.

Assim é com os produtos da agricultura. Assim é com o suíno. Assim é com o bovino, enfim, com todos os alimentos que o Brasil precisa na condição de consumidor. E porque o Governo não ameaça os produtores, que aí então, este passa a ser consumidor - o produtor de trator, de ceifadeira, de insumos agrícolas, de adubos. Neste momento, por exemplo, em que não existe trator disponível para venda, não existe ceifadeira disponível, em que se está cobrando o ágio para o fornecimento de uma série de equipamentos necessários para a agricultura, por que o Governo também não ameaça a importação para suprir o mercado, permitindo o congelamento do preço destes produtos?

Se nós estamos importando aquilo que é produção e da qual somos o produtor, também podemos importar aquilo que nós somos, o consumidor, e que grande parte de indústrias multinacionais estabelecidas dentro do País são os produtores. Desta forma, estaríamos usando uma moeda com duas faces e respeitando as duas faces da moeda. Não permitindo estrangulamento no mercado interno, nos produtos que a agricultura precisa como consumidor, se necessário com a importação deles para manter o preço de mercado, e não permitir que a falta de produto origine a especulação que nós temos dentro da Nação.

Senhores aqui presentes, Senhor Presidente, o momento não é para discursos é para prática. Eu agradeço a oportunidade. O debate deve ser iniciado, e espero que daqui saibamos tirar conclusões, primeiro, para pressionar o Governo. Segundo, meu voto favorável a essa proposição do Deputado Nilso Sguarezi de esse documento ser enviado aos Parlamentares Federais e Senadores de toda a Região Sul do Brasil, pe-

dindo a eles a solidariedade no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, neste momento crucial para um cheque-mate no Governo Federal no que diz respeito à dificuldade agrícola que estamos atravessando.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, do Partido da Frente Liberal.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Sr. Presidente da Mesa, Deputado Anibal Khury.

Senhor Secretário. Senhor Presidente da Federação da Agricultura do estado do Paraná, em exercício, Dr. Agide Meneguethi. Senhor Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Antenor Bini. Senhor Presidente da OCEPAR, Dr. Guntolf Van Kaick. Senhores Deputados. Meus Senhores e minhas Senhoras.

Venho a esta tribuna, em nome da Bancada da Frente Liberal, para dizer da nossa posição de solidariedade ao movimento dos agricultores do Paraná.

Pretendo, Sr. Presidente, Srs. Agricultores, Srs. Representantes da Federação, falar bem pouco, porque esta reunião é mais para ouvirmos os representantes da agricultura que nos trazem subsídios para esta luta, em favor dos agricultores sofredos.

Falou, agora, há pouco, desta tribuna, o Deputado Airton Cordeiro, da recepção que tivemos em Brasília, por ocasião do encontro dos agricultores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Disse da preocupação das execuções do Vale do Ivaí. Mas não é só isso, não é só execuções: continua agora, na Comarca de São João do Ivaí, o processo contra aqueles agricultores que colocaram máquinas na estrada. O promotor público já se manifestou pelo arquivamento deste processo, mas o Meritíssimo Juiz daquela Comarca, que não entendemos como e porque, pediu a reabertura pretendendo ainda agoniar mais esses agricultores da Região do Vale do Ivaí.

Não vou comentar sobre a preocupação que se falou agora na suinocultura, nós sabemos que a bacia leiteira está se desfazendo. Falou muito bem, agora há pouco, o Deputado Caíto Quintana, porque o Governo não pressiona essas multinacionais, ameaçando na importação de tratores, dos insumos. Por que esta ameaça ao agricultor que está sofrendo na importação do leite e da carne? É preciso que unamos Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para, nesta luta, conseguirmos os objetivos, porque se esse "pacote" foi bem recebido, é como eu disse outro dia num encontro, quando me perguntaram se eu defenderia o Governo, eu disse que hoje nós temos que dar uma martelada no cravo e outra na fer-

radura. Nós temos que apoiar o "pacote econômico" do Governo, mas temos que criticar os erros e as falhas, porque sabemos que só vingará este "pacote", nós só teremos um resultado satisfatório se der apoio à agricultura que é o sustentáculo desta Nação.

Com isso, encerro, Srs. Representantes da Agricultura, porque pretendemos mais ouvir os senhores, para colhemos subsídios para continuar nesta luta, e estejam certos, todos os senhores, que nossa bancada estará engajada neste trabalho pela defesa dos agricultores do Paraná e do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Guntolf Van Kraick.

O SR. GUNTOLF VAN KRAICK - Sr. Presidente desta Casa do Povo, Sr. Secretário, Meus caros companheiros Presidentes da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Agilde Meneguethi, notável Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura, Antenor Beni, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Sindicatos, Presidentes de Cooperativas, autoridades presentes, imprensa.

É com muita honra que atendemos o convite desta Casa de Leis, no sentido de trazeremos a preocupação da agricultura para a discussão neste plenário. E é o nosso motivo de júbilo, neste momento, é o fato desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná haver aberto as suas portas para uma sessão especial em que se possa discutir toda a problemática da agricultura de nosso Estado.

Evidentemente que todos os senhores são conhecedores profundos daquilo que acontece no dia a dia, dentro da economia, de uma forma mais ampla, mas também conhece aquilo que ocorre dentro da nossa agricultura, testemunho trazido aqui de forma viva e palpitante nos pronunciamentos dos Deputados que me antecederam.

A nós cabe, neste momento, trazer a versão dos agricultores, o porquê da sua mobilização dentro do Estado frente a um pacote econômico que, desde o início, recebeu os aplausos e o apoio de toda a agricultura do Estado e também da Nação. Por que a mobilização, hoje, destes agricultores?

E também trazer aos senhores, uma transparência mais efetiva daquilo que ocorre, hoje, dentro das decisões adotadas pelo Governo, dentro de uma visão de uma nova economia e, principalmente, os seus reflexos voltados para esta agricultura.

Todos os senhores acompanharam, no final do ano passado, as grandes mobiliza-



ções havidas dentro do Estado face à seca que assolava a agricultura, fazendo com que os seus resultados estivessem se inviabilizando diante das normas e, principalmente, diante das decisões adotadas pelo próprio Governo.

De sorte que uma memorável reunião acontecida na cidade de Londrina, presidida pelo nosso Governador, José Richa, com a presença de altas autoridades do Governo Federal, principalmente dos Ministros da Fazenda, da Agricultura e do Interior, conseguia-se algumas mudanças que traziam um atenuante à nossa agricultura, principalmente autorizando, então, a prorrogação do prazo do pagamento das dívidas de dois anos, pelos produtores atingidos pela seca.

Uma prorrogação também, e uma ampliação do prazo da correção dos preços mínimos por mais dois meses, no sentido de que o agricultor pudesse dispor, quando da venda de seus produtos, resultados mais efetivos. E também uma prorrogação dos financiamentos de investimento por mais um ano. E, principalmente, pela concessão para a família do pequeno agricultor atingido, um crédito de manutenção equivalente a Cz\$ 3.600,00.

Todas essas medidas se fizeram necessárias porque a economia agrícola do País havia apropriado que equivaleu a 45% de prejuízo no feijão, 38% no amendoim, 27% na mamona, 28% na soja, 9% no milho, 30% no algodão e apenas o arroz, por se tratar basicamente de uma cultura irrigada no Rio Grande do Sul, apresentava um crescimento de produtividade de 7%.

A situação do Estado do Paraná era uma situação mais grave. O feijão representava um prejuízo de 65% na safra; o amendoim, 76%, a mamona de 12%, a soja, 44%, o milho 50%, o algodão, 30% e o arroz 41%.

Então, o agricultor do Estado do Paraná foi o grande prejudicado através das inclemências das intempéries.

Todas essas medidas adotadas pelo Governo as reivindicações, eram no sentido de medidas mais atenuantes. Elas contribuem no sentido de que o agricultor tivesse acumulado compromissos significativos, aumentados através de novos financiamentos de custeio para a safra de inverno e nós sabemos que esses compromissos tenderão a aumentar em função do custeio da próxima safra de verão 86/87. De sorte que o pagamento desses financiamentos concedidos pelo Governo, estarão se acumulando no próximo ano e daqui para a frente. Então, quando chegou a data da decretação do "pacote", dia 27/02/86, o quadro da oferta de alimentos no País era de escassez e prometia ao agricultor, pelo menos, uma compensação em cima de um ressarcimento de preços, dentro de um jogo de mercado, mesmo

sabendo-se que o Governo estava protegendo o consumidor final, através de importações maciças, de sorte que existia, nessas condições de liberdade no mercado, a perspectiva pelo menos de que o agricultor poderia auferir, através do livre jogo de mercado, preços melhores para os seus produtos.

Com o "pacote econômico", o preço foi congelado a nível de consumidor final e evidentemente que o preço mínimo passou a ser, na grande maioria dos casos, o preço máximo de mercado. Então, o "pacote econômico" alterou profundamente o equilíbrio em relação à agricultura.

O agricultor, dentro da primeira reação em cima do "pacote econômico", aplaudiu esta medida, porque isto representou a liberação da agricultura, digamos, daquela "camisa de força" a qual estava sujeito em termos de transferência permanente de recursos para os demais setores da economia e correção monetária, indexação de sua economia.

Evidentemente, ele se conscientizava que havia chegado o momento da agricultura, a partir deste "pacote", e teria condições de uma nova prosperidade no setor. Pelo menos, esta era a impressão colhida no primeiro momento.

Mas, o "pacote" teve em cima da agricultura, uma ação perversa. Em primeiro lugar, congelou o preço mínimo, dentro de uma correção sobre os preços da safra anterior, em termos de 169 a 170%, no tocante ao seu preço. Quando tivemos no período de março a março, uma inflação equivalente a 215%, então o agricultor já saía com o "pacote", com uma defasagem em cima do seu custo de produção em relação ao preço mínimo, que não passou a incorporar aquela correção adicional que o Governo havia prometido antes do "pacote".

O produtor teve, com o "pacote" agravado ainda mais e de imediato, a sua situação e foi com o aumento de mão-de-obra, principalmente, que o "pacote" permitiu a correção de salários a partir de março.

Isto foi incorporado no custo de produção, mas, evidentemente que não foi apropriado também o equivalente, no preço da produção.

Então, a curto prazo, isto representou, digamos assim, preços mínimos reais menores para o agricultor e um custo de produção maior, para ele. Esta, foi a primeira medida.

De outro lado, nós tivemos, de imediato também, uma ação recessiva do "pacote"; como foi congelado a nível de consumidor final, o preço mínimo, ele exerceu uma função recessiva sobre os mecanismos de preço. O preço mínimo passou a ser o preço máximo de mercado; evidentemente que as forças de intermediação desse mercado, fi-

caram numa expectativa - considerando que o preço final não poderia ser aumentado, evidentemente que, digamos, os agentes de especulação intermediária, que fazem, digamos, o comércio intermediário, que especulam em cima da conquista de melhores preços, perderam, digamos assim, qualquer perspectiva de ganhos em cima dos preços finais uma vez que eles estavam congelados, e passaram então, a ficar numa posição de expectativa esperando que o Governo passasse a ser o grande comprador dessas safras. De sorte que, nós passamos para uma posição quase que de monopólio de compra dos produtos por parte do agricultor, ficando tanto para este como para intermediário ou o especulador, pouca margem de manobra na colocação desses produtos, no mercado.

De outro lado, havia também a evidência de que, em função digamos da própria política do Governo, de importações maciças de produtos agrícolas, haveria pouca possibilidade de ganhos de preços acima do preço mínimo.

Eu tenho aqui, uma tabela que mostra o que o Governo importou até o final deste mês:

O Governo já importou um milhão e trezentas mil toneladas de milho; ele está importando dois milhões de toneladas de milho. Isto equivale, na importação já contratada, de três milhões e trezentas toneladas de milho, cujo valor de colocação a nível de Interior, para consumo final, situa-se em torno de 150 dólares a tonelada, e equivale a um dispêndio em moeda forte, a 495 milhões de dólares.

O Governo já importou 1 milhão de toneladas de arroz internalizando esse arroz a 195 dólares a tonelada, com dispêndio de 195 milhões de dólares; a carne, o Governo já autorizou importações e já internalizou uma parte dessa carne, de 90 mil toneladas, dos Estados Unidos, cujo valor é de 77 milhões e 500 mil dólares, 100 mil toneladas da comunidade européia, cujo valor é de 85 milhões de dólares, 65 mil toneladas do Uruguai e Argentina com um valor de 63 milhões de dólares, e mais trinta mil toneladas do CONESUL, também com 31 milhões e 500 mil toneladas.

De outro lado, o Governo autorizou a importação de, 22 mil toneladas de leite em pó, e mais 43 mil toneladas que ele está importando, cujo valor é de 81 milhões 250 mil toneladas, totalizou, portanto, um desembolso em moeda forte, de 1 bilhão de dólares e 27 milhões e 250 mil dólares!

O Governo tem uma estimativa de desembolso, no equivalente até 3 bilhões de dólares, e já autorizou o montante de importação de 1 bilhão e 27 milhões de dólares até o presente momento.

Então, a gente pode perceber que,

realmente, as medidas que o Governo está adotando são medidas tipicamente voltadas à satisfação de necessidades imediatistas, no campo urbano. A preocupação do Governo em cima da agricultura, se nos afigura como, digamos, marginal, nesse momento, e desde o primeiro instante. A agricultura, sentiu que esta era exatamente a tônica do nosso Governo, porque com as medidas complementares, adotadas através das resoluções do CMN, agora de abril e maio, o Governo quebrou, perante a agricultura é a palavra empenhada de tratá-la com a devida seriedade, que foi uma promessa que tanto o Ministro Dilson Funaro havia assumido na reunião de Londrina, e havia assumido também, publicamente, com as lideranças do Estado do Paraná, que foram discutir com ele juntamente com os Ministros da Agricultura e do Planejamento as políticas agrícolas voltadas tanto para a comercialização da safra de verão como também, para o custeio das safras de inverno, quando o Ministro Dilson Funaro, dizia às lideranças ali presentes, que a Velha República havia tratado a agricultura com a falta da devida seriedade, mas com o compromisso da Nova República tratar a agricultura com a devida seriedade. E no entanto, o voto do CMN de abril e maio, ele desmentia exatamente esta postura do Governo em cima da agricultura, porque ele modificava sensivelmente aqueles compromissos que havia assumido dois meses antes com a decretação do "pacote econômico".

E hoje, nós estamos na agricultura vivenciando uma situação em que os nossos preços foram congelados a nível de consumidor estadual. Os preços a nível de agricultor foram reprimidos e todos os fatores de produção estão sendo majorados invariavelmente.

Estamos tendo hoje, a majoração inclusive, do preço dos fertilizantes em níveis bastante maiores daqueles que haviam sido citados por ocasião da data do "pacote".

Temos aqui também, uma tabela que mostra que grande parte dos equipamentos foram majorados.

Em relação à agricultura o que acontece as medidas complementares o Governo resolve mudar os juros em cima da agricultura. Então, ele passa os juros de 3, 10, 15, 22% para as culturas de inverno, além de passar 10% às culturas de verão, sendo que estes juros passarão a ser revisados sistematicamente.

De outro lado, a agricultura enfrenta sistematicamente restrições das liberações de créditos de custeio como de comercialização, e de investimento o que dificulta, evidentemente, a recuperação do capital agrícola.

Bem, tudo isso aqui que eu estou relatando para os Senhores, está demonstrando

Curitiba, quinta, em 05.06.86

que a agricultura está enfrentando uma forte crise; é uma crise evidenciada através das manifestações dos agricultores. Inclusive as refreadas, diga-se de passagem, de uma forma significativa, através das entidades representativas da classe, evitando que essas mobilizações viessem em prejuízo da comunidade como um todo, cerceando a sua liberdade de locomoção, principalmente sabendo que a agricultura, no momento, tem que conquistar junto à opinião pública, e junto também, principalmente aos representantes do povo, Senhores Deputados, do Governo do Estado, uma aliança muito forte, uma aliança no sentido de resgatá-la, para que ela tenha condições, efetivamente de cumprir a sua missão de produzir mais alimentos, inclusive de produzir excedentes exportáveis para tirar este País de suas dificuldades.

Então, a gente percebe que a crise da agricultura não é uma crise gerada em função da incapacidade dessa agricultura em adaptar-se ao "pacote econômico" decretado pelo Governo, em 27 de fevereiro, mas, sim, uma crise gerada pela mudança das regras de jogo, incluídas pelo Executivo do Governo Federal em cima desse pacote. As mudanças introduzidas foram posteriores a esse "pacote". O agricultor havia aceitado, inclusive, alterar, com prejuízos, por ocasião da decretação desse pacote, a curto prazo, recebendo preços mínimos menores do que o seu custo de produção, com uma defasagem significativa de seus custos de produção, e os preços mínimos decretados pelo Governo, uma vez que ele sabia que, a médio e longo prazo, esse pacote poderia lhe ser favorável, desde que mantidas as regras estabelecidas pelo pacote de 27 de fevereiro. Porém, hoje a gente verifica que essas regras estão sendo modificadas.

O agricultor saía em 27 de fevereiro, com uma defasagem de preços digamos, entre o seu custo de produção e o seu preço mínimo, no algodão em pluma, com um diferencial de 7.85%, no caso do milho, era de 10.71%, no caso da soja, 14.42%, no arroz de 11.86% e no caso do feijão, de 22.10%. Esse é o prejuízo. O agricultor estava disposto a assumir em cima de um esforço nacional, no sentido de resgatar a economia para nova prosperidade. Todavia, esse prejuízo do agricultor, com as medidas recém-adotadas, deverá se agravar significativamente.

Então, nós estamos verificando, na verdade, que a agricultura está sendo vítima, mais uma vez, de transferências significativas de seus recursos, para outros setores da economia. O que acontece? O consumidor final não está tendo benefício algum. O preço final está congelado. O agricultor está tendo o seu preço reprimido. Então, quem está ganhando esse dife-

rencial que o agricultor está deixando de ganhar é exatamente o agente de intermediação, porque o Governo quebrou a sua palavra de colocar à disposição do setor da agricultura, recursos suficientes com oportunidade, no sentido de defender o interesse do agricultor. No momento em que o Governo está deixando de liberar os recursos, no mês de maio o Governo "levou de barriga" a sua política de liberação de recursos; não liberou quase que nenhum centavo em qualquer das frentes, tanto de custeio e comercialização como de investimento. E somente agora, no mês de junho, é que estamos tendo as liberações iniciais do Banco do Brasil, para o atendimento tanto de AGF, quanto, parcialmente, de EGF, e, parcialmente, de investimentos. Porque, nem o EGF está sendo atendido, 100% dentro das necessidades da agricultura, fazendo com que o agricultor se obrigue a desovar o seu produto, para gerar receita suficiente para honrar os seus compromissos.

Bem, evidentemente que este modelo é um modelo puramente voltado para a satisfação das necessidades urbanas está se despojando da defesa legítima dos interesses da agricultura, e vai gerar distorções que nós vivenciamos no passado, que foram a tônica da Velha República, que foram as razões das mudanças da Velha República que fez com que o povo votasse nas mudanças no sentido da conquista da Nova República.

O que nós vamos passar a vivenciar, a partir deste momento, com esta política colocada em prática pelo Governo em relação à agricultura? Vamos ver crescer as migrações do homem do campo para a cidade e vamos aumentar os bolsões de miséria da cidade. O que nós vamos ver mais? Nós vamos ver, efetivamente, que na medida em que os preços de mercado internacional venham melhorar de posição, o agricultor deverá dimencionar fatalmente as suas iniciativas para as culturas de exportação, porque em cima dessas o agricultor tem uma opção de mercado, o que ele não tem em cima das culturas de mercado interno. Evidentemente que isso será um aspecto altamente negativo em cima exatamente do interesse do pequeno produtor. É ele que passará a sofrer as consequências mais danosas desta política.

E o que é mais grave, Senhores Deputados, autoridades aqui presentes, é exatamente que o País, com a dimensão continental, com a vocação agrícola, passará a ser o importador contumaz de alimentos, porque a agricultura nacional já não terá mais condições de alimentar adequadamente o seu povo, inclusive, para uma vergonha nacional. Um País continental, com essa dimensão, e ter que importar alimentos de uma

forma contumaz? Por que o Governo não tem uma política agrícola condizente com a realidade de sua necessidade?

Evidentemente, que nós estamos muito conscientes dentro desta realidade, nas lideranças da agricultura, as entidades representativas de classe, FAEP, Federação, as Associações de classe, os presidentes dos sindicatos, presidentes de Cooperativas, os nossos líderes do meio rural. Nós vimos aqui, pelo pronunciamentos, inclusive dos nossos representantes, os Deputados, e que existe também esta consciência. E de que nós teremos daqui para frente, realmente que assumirmos uma postura no sentido da conquista de uma política agrícola por parte do Governo Federal, que responda aos nossos interesses, e que resgate a agricultura, exatamente para que ela se transforme num setor importante de todo o nosso processo de desenvolvimento.

Então, a agricultura irá lutar daqui para frente; ela não está mobilizada. Ela já está gerenciando no sentido da convocação de uma grande frente nacional de todas as entidades representativas de classe, para conquistar junto ao Governo Federal o direito de ter uma política pelo menos estável, uma política pelo menos que atenda aos interesses fundamentais da agricultura pelo período de uma safra.

Achamos que da forma como as coisas andam neste País, este terá que ser o primeiro grande passo acertado a conquista de uma política estável para o atendimento das necessidades fundamentais da agricultura para o período inicial de uma safra. Mas, também, nós estamos consciente de que a agricultura terá que pensar a médio e a longo prazo, e neste sentido ela terá que se manter mobilizada, no sentido de conquistar uma lei agrícola para o País, que defina com toda clareza as posições que o Governo deverá adotar, no sentido de pelo menos garantir no período do mandato de um Presidente da República, uma política estável que permita ao setor fazer investimento de maturação e que garanta o agricultor uma visão de qual será a política do Governo, no tocante a sua política de preços, mínimos que terão de ser justos, que terão de cobrir os riscos, e, principalmente, esse intervencionismo tão acentuado que sofre a agricultura deste País.

O Sr. Nilso Sguarezi - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência está dizendo aquilo que os representantes da Agricultura vêm repetindo há muito tempo no Brasil, da necessidade realmente de uma política agrícola.

Eu, como homem que lutei para que houvesse uma mudança de rumo no Governo Fede-

ral, fico realmente frustrado, hoje. E ironicamente foi aqui no Paraná, em 1984, quando Tancredo Neves era candidato a Presidente da República, que a Aliança Democrática fez um Simpósio para dar orientação ao novo Governo, e nós acreditávamos que seria exatamente sobre política agrícola. E tudo que Vossa Excelência tem dito da tribuna com muita prosperidade, sobre política de preços, da necessidade do financiamento na hora certa do preço condizente abaixo dos juros, tudo isso que Vossa Excelência está dizendo da estabilidade que o agricultor tem que ter não só numa safra, num investimento mais maturado a longo prazo, tudo isto que este Governo que derrubou o anterior podemos dizer assim -, tem aí que foi o fruto da expressão das forças que o apoiaram. Se ele cumprisse aquelas regras que foram estabelecidas, antes de ganhar a eleição, não haveria nada disso.

E aí é que há ironia para nós do Paraná. O "pacote econômico" foi uma grande regra que nós queríamos; a regra geral da caída da correção monetária, mas depois de assentar, aí é que mudaram as regras do jogo. Então, para nós do Paraná, na verdade, é muito irônico porque nós contribuimos com o Governo, formando os subsídios pelo conhecimento. E lembro bem que, em 1984, recrutamos aqui os técnicos mais conceituados, as lideranças agrícolas mais conceituadas; foi uma coisa extra-partidária no Paraná e com gente de todo o Brasil. Técnicos dos mais renomados e realmente "experts" em agricultura, e junto dos quais produzimos um documento que, na época, segundo as classes produtoras, disseram que se o Governo Federal desse desenvolvimento aquilo começaríamos a ter realmente, uma política agrícola.

Então, para mim é realmente muito frustrante ver Vossa Excelência vir aqui dizer novamente aquilo que nós escrevemos para que este Governo fizesse, e lamentavelmente as coisas não foram obedecidas mais uma vez.

O SR. GUNTOLF VAN KAICK - Eu agradeço a intervenção do Deputado Nilso Sguarezi, e efetivamente corroboro as palavras que ele disse, no sentido inclusive, de talvez alongar-me um pouco em cima desta colocação, mostrando que o Estado do Paraná é um Estado muito consciente, hoje daquilo que a agricultura precisa, uma vez que é um Estado líder em cima de muitas das culturas econômicas. É o caso do trigo, é o caso do milho, é o caso de outras economias. É um Estado que lidera a produção agrícola e onde nós temos uma estrutura efetivamente organizada e capaz de dar respostas em termos de produtividade e

Curitiba, quinta, em 05.06.86

produção, a nível nacional, desde que exista uma política como foi a desejada pelo Estado do Paraná, através das ações das forças vivas da comunidade, principalmente do Legislativo aqui do Estado mobilizados, e mais conscientes do que nunca lutarmos no sentido dessa conquista.

E continuando então, eu diria que, efetivamente, teremos que viabilizar dentro dessa política, através de nossa mobilização, através de uma conquista legítima do direito de termos essa política e não de que essa política não seja dada pelo Governo porque este assim o entende. Mas sim, o direito legítimo de conquista do agricultor consciente, dizendo ao Governo que na medida em que ele nos atenda efetivamente, estaremos mobilizados e reivindicando a conquista desse nosso direito.

Então, que dentro dessa nossa política o Governo proporcione os recursos suficientes para que o agricultor possa plantar, para que ele possa produzir, para que ele possa gerar os alimentos que o País precisa, para que este não passe pela vergonha de ter que importar os alimentos que o povo consome, por não ter mais a capacidade de produzi-los. Isto será uma mancha negra que teremos que carregar e, efetivamente, nossa parte não representa qualquer forma de orgulho, principalmente de nossa parte que temos responsabilidade neste processo, em relação aos nossos filhos, em relação aos nossos descendentes, porque seremos julgados em cima deste evento em que o País demonstra incapacidade de produzir aquilo que precisa para alimentar e seremos julgados de uma forma bastante negativa.

O Sr. Tércio Albuquerque - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Prezado amigo, é com muito prazer que o Poder Legislativo recebe Vossa Excelência e a maioria dos componentes das lideranças da agricultura do Paraná, para debatermos juntos os assuntos que nos interessam. E é com tristeza que estamos assistindo a continuidade da Nova República nos mesmos passos que a Velha dava. O País está acostumado a resolver seus problemas sob pressão. Nós todos estamos acostumados a receber aquilo que desejamos, pressionando o Governo. E o Governo está pressionando, o que é um erro. O Governo pressiona os produtores da agricultura, da pecuária brasileira, importando aquilo que podemos produzir. O que nos falta aqui é o incentivo.

Ainda hoje vou à Brasília, como comuniquei a Vossa Excelência na entrada do prédio conversar com o Ministro Marco Maciel e com o Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, Doutor Sebastião Rodrigues. Vou levando comigo um documento

que recebi do nosso amigo Inácio Donni, dedicado e inteligente Presidente da CO-TREFAL, de Medianeira, que tem representado as lideranças na agricultura de nossa região. Este documento não é uma pressão como se tem feito no País, mas é uma reivindicação das necessidades da nossa agricultura. Tanto é que nós, ao usá-lo, estamos entendendo que representamos a agricultura e a pecuária de nossa região, porque não dizer do Estado do Paraná. E a sua presença hoje aqui, dado ao entendimento do Deputado Airton Cordeiro e com o apoio dos Deputados que se interessam pela agricultura de nosso Estado, estamos, sem dúvida, ajudando quem sabe com um modo de pressão um pouco diferente, uma pressão psicológica no estudo e debate da matéria que nos interessa, não uma pressão de greves e tumultos.

Meus parabéns a Vossa Excelência e a todos os componentes das lideranças da agricultura e da pecuária de nosso Estado.

O SR. GUNTOLF VAN KRAICK - Agradeço a intervenção do Deputado e, evidentemente, dentro da mesma linha de raciocínio, diria que dentro desta política, julgamos que na medida em que o Governo se julgue incompetente...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Faz soar os tímpanos).

A Mesa pede licença para no sentido de bem orientar os trabalhos, solicitar aos Senhores Deputados e aos Senhores participantes que não aparteiem o orador. Após a exposição dos três representantes dos órgãos de classe poderemos fazer os debates. Está com a palavra, o Senhor Guntolf Van Kraick.

O SR. GUNTOLF VAN KRAICK - Então, continuando, na medida em que o Governo se julga incompetente no sentido de alocar os recursos financeiros suficientes para o atendimento das necessidades desta agricultura, o que se evidencia através das próprias respostas trazidas à agricultura, através dos agentes financeiros oficiais e mesmo privados que não consegue colocar recurso suficiente nessa atividade, sendo obrigados a colocá-los através de exigibilidades impostas pelo Banco Central a esses agentes cujas exigibilidades se mostram totalmente inadequadas às reais necessidades do setor, que o Governo tenha desprendimento e abertura no sentido de permitir a viabilização da montagem da estrutura de auto defesa dos agricultores, no sentido de que, através de suas estruturas de auto defesa, possa reciclar recursos suficientes a nível de agricultura para implantar o sistema de crédito agrícola vocacionado para a atividade como demonstram quase

todos os Países de economias desenvolvida do mundo, tanto da Europa como dos Estados Unidos e Japão.

É uma reivindicação que fazemos de longa data: no Estado do Paraná estamos realizando esforço significativo na montagem dessa estrutura, mas encontramos obstáculos intransponíveis por parte do Governo Federal e por parte do Banco Central.

Efetivamente, na medida em que o Governo se mostra incompetente, ele que tenha a grandeza de nos conceder esta abertura.

Por outro lado, também entendemos que dentro de uma política agrícola é que deveria estar inserida com adequação, uma política de abastecimento e suprimento do mercado interno. Não se justifica que o Governo dissocie a sua política de abastecimento e hoje, que existe no País, e o agricultor também tem é uma preocupação exclusivamente de abastecimento, mas é o que nós queremos deixar bem claro, neste Plenário. O agricultor deseja, através de uma contribuição, manter este País abastecido diante de suas necessidades de consumo e pretende trazer contribuições no tocante à geração de excedentes exportáveis e mesmo de substitutos energéticos.

O País tem potencial e qualidade dentro do seu quadro de agricultor para dar essa resposta positiva. Não se justifica que o País se preocupe apenas com uma política de abastecimento e deixe à margem, uma política de produção e que não tenha associada a sua política de abastecimento a essa política de produção.

Por outro lado, o que a agricultura desejaria ter contida nesta lei agrícola, é a proteção do capital do próprio agricultor. Hoje, o que verificamos, através do PROAGRO, é que o Governo via esse mecanismo, protege o capital dos agentes financeiros e o seu capital próprio. Não viabiliza igual direito de segurança, para o capital investido pelo próprio agricultor.

O capital do agricultor é, praticamente, com, 100% de risco, e por que o capital deste tem que ser um capital com 100% de risco, se o capital alocado pelo Governo e pelos agentes financeiros que fazem intermediação de uma mercadoria é que é o dinheiro, o capital protegido.

Então, entendemos que o agricultor tem o mesmo direito a esta proteção nos capitais que ele aloca numa atividade de bastante risco.

O que pretendíamos dizer finalmente e concluindo a nossa participação dentro deste debate, é que estamos agradecidos pelo requerimento encaminhado pelo Deputado Airton Cordeiro a esta Assembléia e referendado pelos demais pares no sentido do convite dirigido às lideranças da agricul-

tura do Paraná, abrindo as portas desta Casa para este debate que para nós representa o início de trabalho altamente proveitoso, no sentido quase que, diria eu, de uma aliança que tanto esta representação do povo e que distante dos partidos aos quais eventualmente estejam filiados, ela deverá viabilizar, via este contato, no sentido da conquista dos interesses maiores do segmento da agricultura, que é o mais importante para o Estado; de outro lado também, dessa conclamação havida nesta Casa, no sentido de um forte apoio do Governo do Estado em cima das reivindicações desta agricultura. Dos pronunciamentos aqui havidos por parte do Deputado Nilso Sguarezi, no sentido de que se consiga uma aliança significativa no âmbito maior, super regional, aliando então, os Estados do Sul, Santa Catarina, Paraná e possivelmente até São Paulo, num posicionamento único de defesa dos interesses junto ao Governo Federal. Razão pela qual, nós nos manifestamos, neste momento, dizendo que as lideranças agrícolas, principalmente, aquelas que eu represento no setor do cooperativismo que hoje está levantando a bandeira da defesa do interesse deste setor da agricultura que sente-se tão penalizado pelas últimas medidas do Governo no tocante às mudanças das regras de crédito rural voltada à comercialização da safra de verão que está sendo colhida que é em relação às mudanças de custo sobre a safra de inverno que estamos plantando.

Esta agricultura mobilizada deverá realizar um grande congresso pacífico, em Brasília, levando um contingente significativo se assim estas lideranças entenderam na reunião que estarão realizando no dia 17 de junho, em Brasília, através de suas entidades maiores. Estas lideranças se sentiriam grandemente horadas em poder contar com a solidariedade e apoio efetivo tanto da bancada estadual como federal, neste grande momento em que a agricultura estará reunida de forma pacífica procurando conquistar junto ao Governo Federal, o direito de ter uma política agrícola justa e condizente ao desejo de participação desta classe que sente-se hoje tão penalizada.

Era isto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que eu pretendia dizer, neste momento, deixando, inclusive, para esta Casa um grande elenco, digamos, de dados cuja transparência mostra aquilo que existia antes e o que existe depois do "pacote": a grande penalização ao qual foi canalizado este segmento tão importante da economia paranaense, mudando as regras do jogo de uma forma altamente significativa e, digamos, negativa e restritiva para a agricultura em função daquilo que foi



Curitiba, quinta, em 05.06.86

decretado pelo Governo Federal, no dia 27 de fevereiro.

(Lê o Relatório anexo):

1. "O Plano de Estabilização Econômica foi positivo à agricultura em função:

- passamos a trabalhar com coeficientes técnicos ao invés de projeções de inflação;

- daqui para frente a produtividade será fator determinante quanto a ganhos na agricultura.

Obs.: Desde que o Governo mantenha sob controle a inflação e não permita correção de preços isoladamente como vem ocorrendo (fertilizantes, etc.).

2. O Governo quebrou compromisso assumido com a agricultura quando fixou regras para a comercialização da safra de verão 85/86 e plantio da safra de trigo - 1986.

- alterou profundamente as regras de:

- AGF (Aquisição do Governo Federal) - compra a prazo.

- AGF (Empréstimo do Governo Federal) - determinando EGF sem opção de venda ao Governo naqueles % produtos destinados à agroindustrialização (algodão em pluma, milho, soja).

- Juros - que passara de 3% para 10% ou 15% com % de aumento após o pacote de 233% até 400%, além do complemento de custeio/ comercialização etc., se realizar a nível de juros de mercado.

No caso das culturas de inverno, os juros foram alterados de 3% para 6% até 30/06/86; após essa data será 10%.

- Limite de Financiamento - Tanto para custeio como investimento, o Governo reduziu drasticamente os % financiados segundo o enquadramento do produtor.

- Alteração da exigibilidade (% que os bancos são obrigados a aplicar na agricultura).

Em 1980, a agricultura obteve 12,9% de todos os recursos destinados, via financiamento a todos os segmentos. Em 1984 este percentual caiu para apenas 6,6%, único segmento que teve decréscimo.

- Falta de recursos - Em AGF e EGF, até 20/05/86, haviam sido destinados à cooperativas Cz\$ 2.270.457.000,00 contra Cz\$ 2.358.011.000,00 aplicados do giro das próprias cooperativas.

Falta de Recursos para as culturas de inverno.

3. Importações - As importações previstas pelo Governo deverão atingir a cifra de 3 bilhões de dólares = Cz\$ 41.520.000.000,00 subsídio ao produtor estrangeiro em detrimento ao produtor nacional. Grande percentual desta produção importada deverá adentrar ao País em pleno pique de safra brasileira (leite, milho, etc.).

Há uma nítida tendência da preferência de algumas autoridades quanto à importação.

4. Perda do Poder de Troca

- Preços mínimos fixados abaixo dos custos de produção.

- Fatores de produção - grande maioria com % de elevação superior aos percentuais de correção do mínimo.

- Longa estiagem que assolou o Estado contribuiu para agravar o poder de troca do agricultor, pois a produtividade foi drasticamente reduzida.

5. Falta de uma Política Agrícola de fato, que possibilite ao agricultor planejar pelo menos uma safra.

- A agricultura vem sendo utilizada pelo Governo para o desenvolvimento do setor urbano/industrial.

- É usada como instrumento para resolver problemas gerados pelo próprio Governo (déficit público etc.).

6. É importante salientar que, a área de doze produtos (arroz, feijão, milho, trigo, amendoim, mamona, soja, sorgo, cevada, centeio, aveia, girassol) tiveram um decréscimo de 6,42% na área de plantio, no período 1980 à 1985 no Paraná, passando de 7.371,6 ha., em 1980 para 6.898,6 ha., em 1985. A nível de Brasil, analisando o mesmo período e mesmos produtos, o decréscimo foi de 0,60%, passando de 35.455,8 ha., em 1980 para 35.434,7 ha., em 1985.

Em contrapartida, a população brasileira cresceu, no período, 13,92%, o que na prática, nos evidencia que estamos produzindo menos.

- O por quê da mobilização dos agricultores no Paraná e de resto na Região Centro-Sul do País?

- A nova economia e seus reflexos na agricultura.

1. Os Efeitos do Pacote Econômico

- Recordar que a safra 85/86 na Região Centro-Sul foi marcada por severa estiagem, com altas quebras na produtividade das principais culturas.

nacional.

feijão - 45%	soja - 28%
amendoim - 38%	milho - 9%
mamona - 27%	algodão - 30%
arroz + 7%	

Paraná

feijão - 65%	soja - 44%
amendoim - 76%	milho - 50%
mamona - 12%	algodão - 30%
	arroz - 41%

Já se esperava um ano difícilimo para a formação da renda do agricultor.

O Governo reconheceu a gravidade do setor e o CMN em dez/jan decidiu:

a - Pela prorrogação do prazo de pagamento das dívidas por dois anos p/ produtores atingidos pela seca (com um ano de carência).

b - Prorrogação por mais dois meses dos P.M.

c - Os financiamentos de investimento prorrogados por mais um ano.

d - Os pequenos produtores com direito a recorrer a um crédito de manutenção de até Cz\$ 3.600,00/família.

Todas estas medidas irão fazer com que os compromissos financeiros contraídos nestas circunstâncias, venham acumular-se com as obrigações financeiras contraídas sobre os custeios da nova safra de inverno e mesmo do verão 86/87.

- Os que não usaram crédito sofreram prejuízo total ou parcial.

Quando se chegou a 27/02/86 - o quadro da oferta de alimentos no mercado era de escassez e prometia ao agricultor compensações financeiras, através de ganhos reais no mercado, através do sistema de preços.

É bom esclarecer que o consumidor já vinha sendo protegido pelo Governo com importações substanciais de alimentos.

O pacote alterou o equilíbrio de mercado.

- Congelou os preços no varejo e os P.M. na posição de 27/2.

- Com isto, apropriou-se nos P.M. uma variação em relação aos de 1985 de 160/170%, contra uma inflação em igual período de março/85 à março/86 de 215%.

- O produtor teve seu custo de produção agravado ainda pelo reajuste extemporâneo da mão-de-obra definida pelo pacote.

#### A CURTO PRAZO ISTO REPRESENTOU PM REAIS MENORES E CUSTOS DE PRODUÇÃO MAIORES AO AGRICULTOR

- Como consequência imediata do pacote tivemos um efeito recessivo do PM sobre os preços recebidos pelo produtor.

- Na maioria dos casos o PM passou a ser sinônimo de preço máximo de mercado.

- De outro lado, não há evidências de que o agricultor venha a conseguir preços superiores ao mínimo, a não ser por pequena margem.

#### NÃO SERÁ, PORTANTO, POR ESTE CAMINHO QUE O PRODUTOR IRÁ RECOMPOR SUA RENDA COM VISTAS À PRÓXIMA SAFRA

Assim, os efeitos do pacote sobre a agricultura olhados no curto prazo foram negativos.

Esta situação foi agravada pelas medidas complementares adotadas pelo Governo,

através do CMN em abril e maio, com exceção do preço do trigo e do subsídio ao leite.

Com estas novas medidas o Governo quebrou a palavra empenhada de tratar a agricultura com a necessária seriedade, violando as regras por ele mesmo estabelecidas, apenas dois meses antes, desarticulando toda a comercialização agrícola na sua fase mais crítica.

Com a quebra das regras do jogo, o agricultor foi o grande perdedor e o intermediário especulador, o único ganhador, uma vez que para o consumidor a situação permaneceu neutra.

1. O parcelamento dos pagamentos das AGFs, com antecipação do pagamento de ICM para o Estado representam uma redução significativa nos preços recebidos pelos agricultores.

2. As restrições aos BGFs caminham no mesmo sentido.

3. A elevação das taxas de juros p/as diferentes modalidades de crédito irão redundar em menores preços recebidos, dado o congelamento vigorante frente o aumento dos custos de produção.

4. As sistemáticas restrições nas liberações de créditos de custeio, comercialização e investimentos dificultam a recuperação do capital agrícola.

5. O tabelamento dos fertilizantes, máquinas e equipamentos agrícolas em níveis superiores aos preços antecipados, vigentes em 27/2 são penalizantes ao setor agrícola.

Enfim, estamos diante de um quadro de crise na agricultura brasileira, gerada, diga-se de passagem, não pela incapacidade de adaptação desta ao pacote econômico como decretado em 27/2, mas sim, pelas decisões adotadas pela equipe executiva do Governo em plena fase de vigência da safra, mudando as regras de forma unilateral e em prejuízo unicamente do agricultor.

- Mais uma vez, a agricultura está sendo vítima de drástica transferência de recursos para outros setores da economia.

Não descartamos, pois, o recrudescimento de crescente migração de populações rurais em direção aos centros urbanos, do crescimento das culturas de exportação, mormente se os preços do mercado internacional se posicionarem em patamares mais elevados e, o que é pior o País transformar-se em importador contumaz de alimentos para suprimento de sua população pelo desestímulo da produção interna.

Nossa luta com a agricultura e agricultores é, pois, a de conquistarmos do Governo o necessário compromisso de garantia de normas e regras definidas que cubram pelo menos o ciclo de uma safra agrícola.

A médio prazo, o objetivo deverá ser a

da conquista de uma lei agrícola que contemple o período de mandato de um governante, para que a agricultura se livre, definitivamente, do fantasma de políticas agrícolas moldadas ao gosto de Ministros de Agricultura que eventual ou transitariamente estejam no exercício da função.

O que a agricultura reclama é uma política agrícola estável, com regras claras e objetivamente definidas e que assegurem, em primeiro lugar, ao homem do campo, o direito de desenvolvimento econômico e social ao nível de homem da cidade.

1. Que lhe assegure um PM condizente com seus custos, riscos e intervencionismo oficial.

2. Que lhe proporcione os recursos financeiros suficientes (quer oficiais, privados ou próprios) para que possa produzir os alimentos que o País demanda.

3. Que lhe contemple, com adequação, uma política de suprimento e abastecimento do mercado interno.

4. Que proteja o capital do agricultor do risco, da mesma forma e nível como o capital do Governo e dos agentes financeiros.

Só com o efetivo apoio do Legislativo, acreditamos que conquistaremos a necessária estabilidade e conseguiremos partir para uma efetiva urbanização do campo, que em última instância, é uma responsabilidade que pertence a toda a sociedade resgatar.

1.0 - JUROS			
FINALIDADE DO CRÉDITO	NORMAS ANTERIORES A 15/5/86	NORMAS ATUAIS E VÁLIDAS DE 15/5/86 A 28/2/87	
CUSTEIO			
LAVOURAS DE INVERNO	6% a.a.	6% a.a. até 30/6/86 e 10% a partir de 30/6/86 até 28/2/87	
LAVOURAS DE VERÃO	3% a.a.		10% a.a.
COMERCIALIZAÇÃO (EGF)			
PRODUTOS IN NATURA	3% a.a.		10% a.a.
PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	12% a.a.		15% a.a.
INVESTIMENTOS	3% a.a.		10% a.a.

## NOTAS:

a) os juros para novos contratos de custeio e comercialização serão reajustados a partir de 28/02/87, semestralmente, tendo por base a taxa anual de captação do sistema bancário para 180 dias, com rebate de 10 pontos percentuais, tendo um piso de 3% a.a.

b) para investimentos (exceto para agroindústria os juros serão reajustados semestralmente, tanto para os novos contratos quanto para os em "ser", a partir de 28/02/87, com base na taxa anual de captação do sistema bancário para 180 dias, com rebate de 10 pontos percentuais, tendo um piso de 3% a.a.

2.0 - CRÉDITOS DE COMERCIALIZAÇÃO

a) EGF

FINALIDADE	NORMAS ANTERIORES A 15/5/86		NORMAS ATUAIS E VÁLIDAS ATÉ 28/2/87	
	PRODUTOS IN NATURA	PRODUTOS INDUS- TRIALIZADOS	PRODUTOS IN NATURA	PRODUTOS INDUS- TRIALIZADOS
EGF JUROS E MODALIDADE DE FINANCIAMENTO	3% a.a. TODOS OS PRODU- TOS COM MODA- LIDADES SOV OU COV	12% a.a. TODOS OS PRODUTOS COM MODALIDADE SOV OU COV	ALGODÃO EM CAROÇO 10%	ALGODÃO EM PLUMA TAXA MERCADO - SOV
			ALGODÃO EM PLUMA 15% a.a. - COV	
			MILHO 10% a.a. - COV	MILHO TAXA MERCADO - SOV
			ARROZ 10% a.a. - COV	ARROZ BENEFICIADO 15% a.a. - COV
			SOJA 10% a.a. - COV	SOJA TAXA MERCADO - SOV
			DEMAIS PRODUTOS 10% a.a. - COV	DEMAIS PRODUTOS 15% a.a. - COV

NOTAS:

- 1- Taxa de mercado - no caso do Banco do Brasil = 22% a.a.
- 2- Para os demais produtos as normas anteriores continuam em vigência, com exceção dos juros.
- 3- Os beneficiadores de arroz poderão fazer EGF-COV, a juros de 10% a.a. (produto in natura) e 15% a.a. quando o arroz já estiver beneficiado.

b) AGF

NORMAS ANTERIORES  
A 15/5/86

## NORMAS ATUAIS

## I - PAGAMENTO

Normas de comercialização dos produtos agrícolas pelo sistema AGF (aquisição do governo Federal), para operações diretas de milho, arroz, algodão e soja, safra 1985/86; das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e da safra de 1986 das regiões Norte e Nordeste.

## 1) À VISTA

## 2) QUALQUER VALOR

## I - PAGAMENTO DO VALOR DA AQUISIÇÃO:

- 1) Integral e no ato da operação, quando o valor não ultrapassar a Cz\$ 125 mil, cumulativamente por beneficiário/produto/safra;
- 2) Pagamento parcelado de 25% aos 30, 60, 90 e 120 dias, para os valores que extrapolarem o limite acima.

II - Para os pagamentos enquadrados no esquema parcelamento, a agência operadora deverá emitir notas promissórias a favor do beneficiário vendedor. Caso haja disponibilidade de recursos, as notas promissórias poderão ser descontadas na própria agência, a taxa de juros equivalente àquela estabelecida para os recursos do M.C.R. 18.

III - Os recursos devem, prioritariamente, ser destinados para pagamento dos gravames sobre o produto.

IV - Ajuste de vencimento de custeio! Se o vencimento das notas promissórias não coincidir com o vencimento das parcelas de custeio, este deverá ser ajustado de forma que haja igualdade de vencimento à taxa de juros estabelecida para o custeio da safra do produto. Caso a agência operadora não seja detentora do crédito de custeio, deverá encaminhar à agência ou instituição credora do custeio, as respectivas notas para que seja feito o ajuste.

## 3.0 - CRÉDITOS DE INVESTIMENTO

a) os prazos para as operações de investimento ficam alterados.

	ANTERIOR	ATUAL
PARA INVESTIMENTO DE CAPITAL SEMI-FIXO	Até 5 (cinco) anos	até 3 (três) anos sendo até 1 (um) ano de carência.
PARA INVESTIMENTO DE CAPITAL FIXO	Até 12 (doze) anos	até 6 (seis) anos sendo até 2 (dois) anos de carência.
CRÉDITO PARA DESMATAMENTO, DESTOCA, REFOR- MA DE BENFEITORIAS E INSTALAÇÕES, ADUBAÇÃO INTENSIVA, CALAGEM, TERRACEAMENTO E RECU- PERAÇÃO DE PASTAGENS	Não pode ter prazo superior a 5 (cinco) anos com 2 anos de carência.	Não pode ter prazo superior a 3 (três) anos.
CRÉDITO PARA AQUISIÇÃO DE COLHEITADEIRAS, TRATORES DE ESTEIRA OU RODAS E OUTRAS MÁ- QUINAS DE GRANDE PORTE COM PROVÁVEL DURA- ÇÃO ÚTIL DE MAIS DE 5 (CINCO) ANOS.	Não pode ter prazo superior a 8 (oito) anos, incluídos até 2 (dois) anos de carência.	Não pode ter prazo superior a 3 (três) anos, incluídos até 1 (um) ano de carência.
CRÉDITO PARA AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO COM CA- PACIDADE DE MAIS DE 12 TONELADAS	prazo de 5 (cinco) anos desde que o adquirente: a) tenha serviços próprios para sua ocupação no decurso de todo o ano. b) obrigue-se a man- tê-lo licenciado com placa amarela.	prazo de até 2 (dois) anos
PRazo DOS FINANCIAMENTOS A MINIPRODUTORES, PEQUENOS PRODUTORES, DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE REPRODUTORES E MATRIZES BOVINOS, EM PRO- JETOS INTEGRADOS	pode ser de até 8 (oito) anos fixado em função da efetiva capacidade de pagamento.	pode ser de até 4 (quatro) anos fixado em função da efetiva capacidade de pagamento.



## 4.0- EXIGIBILIDADES DOS BANCOS

(\*) resolução n. 1029, item 4, de 28.06.85.

## NORMAS ANTERIORES A 15.05.86

## 1. CLASSIFICAÇÃO ANTERIOR

Valor total de operações ativas compatíveis. Exigibilidade

a) até 130.000 MVR.....	10%
b) acima 130.000 até 350.000 MVR.....	20%
c) acima 350.000 até 1.000.000 MVR .....	30%
d) acima 1.000.000 até 3.000.000 MVR .....	40%
e) acima 3.000.000 até 5.500.000 MVR .....	45%
f) acima de 5.500.000 MVR ....	55%

## 2. O M.C.R. 18 - 2.8.6.- DIVIDE O PAÍS EM 7 (SETE) REGIÕES.

3. M.C.R. 18.02.14, "As Instituições financeiras devem destinar pelo menos 70% (setenta por cento) da exigibilidade a:

- a) Crédito de custeio agrícola;
- b) Empréstimos do Governo Federal (EGF);

c) Custeio de suinocultura e de animais de pequeno porte;

d) Créditos de formação ou renovação de lavouras de cana-de-açúcar no Nordeste.

4. Não podem ser computados para satisfação da exigibilidade:

a) Os créditos complementares aos limites de financiamento estabelecidos no M.C.R.;

b) O financiamento de bovinos e de máquinas, tratores, veículos, equipamentos e embarcações movidos por combustível importado;

c) créditos para florestamento e reflorestamento, inclusive formação de mudas;

d) créditos de custeio para cobrir despesas comumente conceituadas como apontamentos de usina de açúcar (aquisição de lubrificante, óleo combustível, reparo e manutenção de maquinaria industrial);

e) parcelas de crédito, cujos encargos financeiros tenham sido reajustados em decorrência de inadimplemento do mutuário;

f) operações desclassificadas;

g) créditos de comercialização, exceto EGF.

## NORMAS ATUAIS

## 1. CLASSIFICAÇÃO ATUAL - DOS BANCOS

	Exigibilidade Sobre Depósitos
Pequenos (até 1.700.000 ORTN's)	10%
Médios (acima de 1.700.000 até 20.000.000 ORTN's)	20%
Grandes (acima de 20.000.000 ORTN's)	30%

2. Incentivo aos bancos para alocarem maior parcela de recursos obrigatórios nos financiamentos a lavouras conceituadas, como de alimentos básicos e/ou, a investimentos agropecuários, através da aplicação do fator de 1.2 sobre o valor financiado para cômputo da exigibilidade.

3. Facultar aos bancos pequenos e médios recolherem ao BACEN, as importâncias correspondentes às suas exigibilidades regionais, com dinheiro à remuneração de 50% (cinquenta por cento) da taxa média de juros do crédito rural na região deficitária.

Os recursos obrigatórios devem ser aplicados por região proporcionalmente a sua participação percentual, no total de depósitos líquidos a vista captados pela instituição financeira.

4. A nova determinação estabelece apenas duas regiões, para efeito de apuração da exigibilidade dos bancos comerciais, ou seja:

1.<sup>a</sup> região: Norte/Nordeste e Espírito Santo;

2.<sup>a</sup> região: Centro/Sul.

5. Reduzir para 30% (trinta por cento), o percentual constante do M.C.R. -18-2-14, conceituando-se como aplicação prioritária, apenas os créditos para investimento agropecuário.

6. Além das instituições financeiras oficiais, deve-se estender aos bancos comerciais privados de qualquer porte, a obrigatoriedade de que tenham, pelo menos, 30% (trinta por cento) do total da exigibilidade representados por créditos deferidos a mini e pequenos produtores rurais. 7. "Não podem ser computados para satisfação da exigibilidade:

a) Créditos complementares aos limites de financiamento estabelecidos no M.C.R.

b) financiamentos de bovinos para engorda;

c) créditos para florestamento e reflorestamento, inclusive formação de mudas;

d) créditos de custeio para cobrir despesas comumente conceituadas como apontamentos de usina de açúcar (aquisição de lubrificante, óleo combustível, reparo e manutenção de maquinaria industrial);

e) parcelas de crédito, cujos encargos financeiros tenham sido reajustados em decorrência de inadimplemento do mutuário;

f) operações desclassificadas;

g) financiamentos de veículos utilitários movidos por qualquer espécie de combustível;

h) créditos de investimento em fundação, renovação ou ampliação de lavouras de cana, exceto os das regiões da SUDAM e SUDENE".

b) LIMITES DE FINANCIAMENTO PARA AS OPERAÇÕES DE INVESTIMENTO  
CLASSIFICAÇÃO ANTERIOR

	NINI E PEQUENO PRODUTOR	MÉDIO PRODUTOR	GRANDE PRODUTOR	COOPERATIVAS GRUPO I	GRUPO II
FINANCIAMENTO DE BOVINOS, FLORESTAMENTO, E AQUISIÇÃO OU REFORMA DE MÁQUINAS, TRATORES, VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E EMBARCAÇÕES	100%	90%	90%	100%	90%
CORREÇÃO INTENSIVA DE SOLO	100%	80%	80%	100%	80%
DEMAIS INVESTIMENTO	100%	70%	50%	100%	70%

CLASSIFICAÇÃO ATUAL

FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO, FINANCIAMENTO DE BOVINOS E DE AQUISIÇÃO OU REFORMA DE MÁQUINAS, TRATORES, VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E EMBARCAÇÕES	100%	70%	50%	100%	70%
DRENAGEM, PROTEÇÃO E CORREÇÃO DO SOLO	100%	90%	80%	100%	90%
DEMAIS INVESTIMENTOS	100%	80%	60%	100%	80%

COOPERATIVAS:

Grupo I - com pelo menos 70% do quadro social ativo constituído de mini e pequenos produtores  
Grupo II- demais cooperativas

FICA EXTINTO O LIMITE DE 100 MVR POR MUTUÁRIO, POR ANO

c) Para os créditos de investimentos os juros serão de 10% a.a., até 28/2/87. A partir desta data, os juros serão reajutados semestralmente, com base na taxa anual de captação do sistema bancário, para 180 dias, com rebate de 10 pontos percentuais, para novos financiamentos e contratos em ser, tendo como piso 10%.

## 5.0 - CRÉDITO DE CUSTEIO

## a) LIMITES DE FINANCIAMENTO

LAVOURAS	CULTURAS	LIMITE DE FINANCIAMENTO DO VBC		
		MINI E PEQUENO	MÉDIO	GRANDE
INVERNO	Trigo e Triticale	100%	60%	40%
	Cevada, Aveia e Centeio	100%	80%	60%
Verão	Fenção e Mandioca	100%	100%	100%
	Arroz e Milho	100%	100%	80%
	Algodão	100%	50%	40%
	Café	100%	75%	55%
	Alho	100%	60%	60%
	Amendoim	100%	100%	100%
	Batata Semente	100%	100%	100%
	Cacau	100%	50%	40%
	Girassol	100%	60%	60%
	Juta / Malva	100%	80%	70%
	Sorgo	100%	100%	100%
	Demais Culturas	100%	60%	50%

## Região Centro Sul - Brasil

## b) CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTORES

CLASSES	NÚMEROS DE MVR' s	VALOR EM Cz\$	
		MVR dez/85	MVR maio/86
MINI	até 200	55.579,68	65.676,00
PEQUENOS	200 - 600	166.739,04	197.028,00
MÉDIOS	600 - 3000	833.695,20	985.140,00
GRANDES	Acima 3000	833.695,20	985.140,00
MVR de Dez/85 = Cz\$ 277,89		MVR de Maio/86 = Cz\$ 328,38	

6.0 - IMPORTAÇÕES

Produto	Quantidade	(Em US\$ 1.000,00)	
		US\$/t (posto interior)	US\$ Total
Milho - já importado	1.300.000 t		
- a importar	2.000.000 t		
	3.300.000 t	150,00	495.000,00
Arroz - até	1.000.000 t	195,00	195.000,00
Carne	90.000 t (EUA)	650,00 + 200,00*	76.500,00
	100.000 t (CEE)	650,00 + 200,00*	85.000,00
	65.000 t (Urug.Arg.)	900,00 + 150,00*	63.000,00
	30.000 t (Cone Sul)	900,00 + 150,00*	31.500,00
Leite - já importado	22.000 t	1.000,00 + 250,00	81.250,00
- a importar	43.000 t		
Total	-		1.027.250,00

Nota:

A estimativa do Governo é de que as importações de alimentos absorverão um volume de 3 bilhões de dólares este ano.

\* Custo de internação

7.0 - CUSTO DE PROMOÇÃO X PREÇO MÍNIMO

Produto	Custo de Produção Cz\$	Preço Mínimo Cz\$	Defasagem/Lucro Cz\$
ALGODÃO EM PLUMA	265,00	244,20	- 20,80
MILHO	88,70	79,20	- 9,50
SOJA	146,53	125,40	- 21,13
ARROZ	151,80	133,80	- 18,00
FEIJÃO (safra das secas)	375,00	292,20	- 82,80

8.0 - RECURSOS DESTINADOS A AGRICULTURA

Setores	ANOS			
	1980	1981	1982	1983
Econômicos				
RURAL	828,0	1.543,5	2.854,9	6.174,0
TODOS	6.417,9	13.536,2	31.015,0	77.132,0
% RURAL	12,9	11,4	9,2	8,0
				6,6

## 9.0 - COMPORTAMENTO DO PODER DE TROCA - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES

PRODUTO	Preço de Mercado		Evolução Real no Período (%)	Quanto teria que ser - Cz\$
	Safr 79/80 Cz\$	Safr 85/86 Cz\$		
Soja (saca)	490,00	125,40	- 31,81	165,29
Milho (saca)	245,00	79,20	- 4,35	82,64
Algodão (arroba)	260,00	74,80	- 17,25	87,70
Arroz	667,00	160,00	- 40,62	225,00
Feijão	868,00	292,20	- 0,21	292,80

## 10.0 - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS PAGOS PELOS PRODUTORES PARA AQUISIÇÃO DOS FATORES DE PRODUÇÃO

ITEM	PREÇO DE MERCADO		Evolução Real no Período (%)
	Fevereiro 80 Cz\$	Fevereiro 86 Cz\$	
Trator médio	441.812,00	175.743,00	+ 17,91
Colheitadeira	1.284.700,00	447.500,00	+ 3,25
Arado 3 discos - rev	49.640,00	16.700,00	- 0,20
Grade 28/18"	44.680,00	15.600,00	+ 3,50
Carreta - 2 rodas - 4 t	53.050,00	14.800,00	- 20,91
Pulverizador Tratoriz.500	52.300,00	19.400,00	+ 9,96
Semeadeira Adubadeira-15L	85.160,00	33.200,00	+ 15,57
Sulfato de Amônio - ton	7.200,00	2.200,00	- 10,36
Super Fosfato Triplo-ton.	13.400,00	3.000,00	- 50,06
Cloreto de Potássio - ton	10.300,00	2.400,00	- 44,75
IGP - DI - 1980 - Fev = 100			

11.0 - RECURSOS APLICADOS NO PARANÁ PARA COMERCIALIZAÇÃO DA SAFRA 85/86 - 20/05/86  
(Em Cz\$ 1.000,00)

Produto	AGF	Sacas	EGF	Sacas	Próprio das Cooperativas	Sacas
SOJA	150	1.100	470.000	7.833.334	1.263.007	10.071.833
MILHO	56.966	719.267	264.000	3.333.334	171.251	2.162.266
ALGODÃO/PLUMA	72.173	295.550(arr)	266.000	1.079.271(arr.)	-	-
ALGODÃO/CAROÇO	-	-	757.000	10.535.838(arr.)	687.345	9.566.400(arr)
ARROZ	9.763	72.967	20.000	149.476	236.408	1.766.883
FEIJÃO	36.753	125.780	168.000	574.950	-	-
OUTROS	21.652	-	128.000	-	-	-
Total	197.457		2.073.000		2.358.011	

- 12.0 - INDEFINIÇÕES:
- PREÇO DO LEITE
  - SUÍNOS E AVES
  - FALTA DE RECURSOS
  - PREÇO DO FEIJÃO DAS SECAS
  - TABELA DE INSUMOS

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA E PARANAENSE - 1980 a 1985

ANO	BRASIL	PARANÁ
1980	119.002.706	7.629.392
1981	119.691.556	7.779.869
1982	122.507.125	7.493.097
1983	125.189.431	8.119.902
1984	128.265.206	8.311.047
1985	135.564.000	8.517.547

\* Dados do censo de 1980  
Fonte: IBGE e IPARDES

Brasil - Crescimento populacional - 80 a 85 = 13,92%  
Paraná - Crescimento populacional - 80 a 85 = 11,64%.

Muito Obrigado!



O SR. PRESIDENTE- (Anibal Khury)- Concedo a palavra, ao Senhor Antenor Beni, Presidente da FETAEP.

O SR. ANTENOR BENI - Senhor Presidente, Senhores Deputados: (Lê):

"Queremos agradecer esta oportunidade por poder estar presente junto aos Senhores Deputados, nesta Casa de Leis, a fim de trazer as preocupações e, ao mesmo tempo, apresentar nossas reivindicações sobre a atual situação que atravessa a nossa agricultura.

Não é novidade para ninguém que a potencialidade agrícola do nosso Estado, a qualidade de seu solo, o clima viável para duas safras por ano e seu povo trabalhador, fazem com que o Paraná possa ser o maior produtor de alimentos do Brasil.

Dos 460 mil, 254 imóveis com área de 19 milhões 254 mil e 520 hectares, 13,35% são minifúndios, com áreas de até 20 hectares, que nós representamos e que são os responsáveis por 80% da produção de alimentos básicos, e no caso do feijão, 100%.

Enfrentamos sempre várias dificuldades pelo modelo de política agrícola, que sempre foi direcionada a produtos de exportação. Na expectativa de dias melhores, nosso agricultor acreditava que com o advento da nova república resplandecesse uma luz no final do túnel e que a agricultura fosse prioridade, o que até agora não ocorreu.

Percebemos o não interesse do Governo quando reivindicamos medidas emergenciais em vista dos prejuízos com a estiagem em nosso Estado, quando tínhamos colhido a maior safra de trigo de toda a história da agricultura brasileira.

Tentamos sensibilizar os Ministérios da Fazenda e da Agricultura de que o Paraná sempre correspondeu às expectativas e atendeu o chamado do Governo quanto à produção e produtividade.

Pedimos também, que fosse dada uma atenção especial ao Paraná, a fim de recuperar os prejuízos e incentivar os nossos plantios.

Mobilizamos toda a classe produtiva e o Governo do Estado e conseguimos trazer ao Paraná vários Ministros, responsáveis pelo setor a fim de sentir de perto a real necessidade de um apoio emergencial.

Reclamamos a liberação de 900 bilhões de cruzeiros, na época, para frentes de trabalho, a fim de oferecer emprego temporário a 250 mil bóias-frias.

Recebemos apenas 40, sendo parte do Governo do Estado.

Solicitamos também, a abertura de novos créditos rurais com juros subsidiados e a prorrogação dos pagamentos das dívidas por mais três anos, o que não ocorreu.

Vendo o desespero dos produtores, co-

meçamos uma verdadeira via sacra à Brasília: audiências e mais audiências com Ministros da Agricultura e da Fazenda. E, até hoje, a resposta tem sido "estamos estudando".

Em consequência, começou o desespero.

Os produtores saíram às ruas, manifestando descontentamento, fazendo passeatas, atos públicos e até bloqueando agências bancárias em sinal de protesto por verem suas propriedades indo à leilão, numa média de quatro por semana.

Com a decretação do "Plano Cruzado" e lançamento do "Pacote Econômico", pelo Presidente da República, no dia 28 de fevereiro, as esperanças eram tantas que a luz, no final do túnel, começava a aparecer.

Esperávamos que a política agrícola também estivesse incluída. No entanto, isto não ocorreu. O único benefício foi a queda da correção monetária.

Houveram reflexos negativos desse "Pacote Econômico", no setor agrícola. Os preços mínimos dos produtos agrícolas, fixados em janeiro, foram congelados com defasagem enquanto que os insumos, foram congelados quando o preço estava no pico, pois, foram elevados no final de fevereiro, tornando ainda mais caro o custo da produção.

Os juros de 3% foram elevados para 10%.

Os EGF's parcelados em 90 e 120 dias, com juros de 22%.

O mercado interno desestabilizado, sem estoque regulador.

Para se ter uma idéia, Senhor Presidente e Senhores Deputados, os pequenos produtores de suínos no sudoeste do Estado estão com seu rebanho de cem mil cabeças já passado da hora do abate e ninguém compra.

Esse rebanho custou aos produtores 10 cruzados e 42 centavos o quilo para produzir.

O consumidor paga 30 cruzados nos supermercados e, alguma oferta que aparece para os produtores é apenas de 8 a 9 cruzados o quilo.

Se uma das principais finalidades do pacote econômico é o combate à especulação, ao intermediário, isso não vem acontecendo.

Em resposta, o Governo começa a importar carne do exterior.

Foi assinado também, um programa social de distribuição de milhares de litros de leite para brasileiros carentes, o que merece o nosso maior respeito. Só que 70% do abastecimento de leite, no Paraná, é feito pelos nossos pequenos produtores que recebem hoje o valor líquido de um cruzado e quarenta centavos por litro, tendo um prejuízo de um cruzado e trinta centavos

por litro de leite.

Desestimulados diante dessa situação, estão vendendo suas vacas para o abate, por 175 cruzados por arroba - recebendo dois mil cruzados por animal, sendo que o valor real de uma vaca leiteira é de seis mil cruzados.

O produtor arca, portanto, com um prejuízo de quatro mil cruzados e acaba com a produção, conseqüentemente, o governo importa o leite em pó.

Em janeiro, os produtores reclamavam 70% de aumento. No entanto, foi dado agora apenas um subsídio de 30% para as empresas.

A resposta está sob os olhos de todos: os consumidores enfrentando filas e não encontrando o produto.

Se os suinocultores se desfizerem de suas matrizes e os produtores de leite, de suas vacas, como já está ocorrendo, temos certeza de que haverá um colapso total no abastecimento do mercado interno.

Agravando ainda mais este quadro desesperador, citamos os prejuízos dos produtores de milho, feijão e trigo.

O preço mínimo de uma saca de milho de 60 quilos, é hoje de 79 cruzados e 20 centavos e a saca de 40 quilos de semente custa 449 cruzados.

Não está sendo pago mais que 60 cruzados pelos compradores.

O preço para produzir um hectare de milho é de 4 mil 158 cruzados e 27 centavos.

Considerando-se que com assistência técnica adequada permite-se uma produção de 50 sacas por hectare, acrescentando-se uma margem de lucro de 40%, o preço real deveria ser de 116 cruzados e 43 centavos. O mesmo acontece com a cultura de feijão, um hectare plantado de feijão, custa hoje, 3 mil 862 cruzados e 99 centavos, e possibilita a produção de 15 sacas, ou seja, 900 quilos por hectare.

O preço mínimo do feijão deveria ser 360 cruzados e 54 centavos e não 292 cruzados como é o atual.

Recentemente, assistimos a uma situação dramática quanto ao plantio do trigo.

O governo lança um programa, incentiva os produtores que preparam o solo e plantam.

Hoje, não são liberadas as parcelas do crédito bancário, pois, os bancos alegam que faltam recursos, levando também esses produtores ao desespero.

Alguns chegam a falar até em passar arrastão e arrancar a plantação.

Essas são as reais preocupações da categoria e tais acontecimentos fazem com que todos se preocupem com a futura safra de verão.

O produtor descapitalizado, desassistido, endividado e totalmente desacreditado

com a Nova República, pode fazer desaparecer da mesa dos brasileiros os alimentos básicos que sempre produziram.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. É por esse motivo que tivemos que protestar em público, a fim de sensibilizar o Governo a tomar medidas urgentes em defesa de nossa agricultura.

Com conseqüência disso, temos hoje, na comarca de São João do Ivaí, 28 trabalhadores rurais, um dirigente sindical e o Padre Vigário local enquadrados no Código Penal e indiciados em processo criminal por defenderem suas pequenas propriedades.

Por isso, nesta hora, solicito a colaboração dos Senhores Deputados para o arquivamento do processo, levando em conta que todas as camadas da população do Paraná serão beneficiadas com a reativação do setor agrícola.

Por esses e outros motivos nossas reivindicações para o setor são as seguintes:

1.º - abrir linhas de crédito de investimento para os pequenos empreendimentos agrários, assim como, financiar a correção de solos, aumentando a produtividade.

2.º - Programação e liberação antecipada de recursos para aquisição dos produtos por parte da CFP, eliminando assim, a exploração por parte dos intermediários;

3.º - Agilizar a classificação dos produtos, quando comprados pela CFP criando postos de classificação em todos os Municípios;

4.º - Desburocratizar o sistema de crédito rural para pequenos produtores, dispensando a elaboração de planos técnicos que acabam aumentando o custo da produção;

5.º - Fiscalizar as fábricas de insumos, pois, estão comercializando produtos de baixa qualidade, não contendo na formulação os percentuais de ingredientes constantes dos rótulos;

6.º - Baseados no custo de produção e nos preços dos insumos, estimular e rever os preços mínimos, permitindo que o agricultor tenha, pelo menos, um lucro de 30% sobre o custo da produção;

7.º - Estipular juros diferenciados de 3% ao ano, para pequenos produtores para investimentos, custeio e comercialização dos produtos agrícolas.

Somente com essas determinações, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que poderemos realmente ver nossos campos verdes, evitar ainda mais o êxodo rural, aumento de bôias-frias e trabalhadores sem terra, o crescimento assustador de favelas nas periferias das cidades e, conseqüentemente, ver farta a mesa de todos os paranaenses.

Estamos desesperados!

Não somos contra o "Plano Cruzado" em hipótese alguma, mas para que de fato dê

certo e que o "Pacote Econômico" seja duradouro é que pedimos apoio aos Senhores Deputados, que são os legítimos representantes do povo do Paraná.

Tenho certeza de que cada Parlamentar, ouvindo suas bases políticas irá perceber que não estamos exagerando em nada, apenas colocando alguns dados reais para que juntos e unidos possamos resolver esta crise tão grave que atravessa nossa agricultura e nossa gente".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Concedo a palavra ao Senhor Agide Meneguetti, Digníssimo Presidente em exercício da FAEP.

O SR. AGIDE MENEGUETTI - Senhor Presidente, Senhores componentes da Mesa, Senhores Deputados, Senhores Representantes dos produtos aqui presentes, representando as suas cooperativas, os sindicatos e Senhores. (Lê):

"A FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ -FAEP, fiel a sua missão de defesa dos legítimos interesses a classe rural paranaense, apresenta a Vossa Excelência um rol de sugestões para a implantação de uma Política Agropecuária Nacional, sem a qual, a agropecuária paranaense e brasileira, não alcançará o tão almejado desenvolvimento.

I- CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA AGROPECUÁRIA:

01- A Política Agropecuária deverá desenvolver o meio rural, buscando o equilíbrio com os centros urbanos. Esta política deverá ser plurianual - 4 a 5 anos - e estabelecida em lei, a fim de evitar mudanças bruscas das normas em plena safra.

02- Uma política justa do ponto de vista social. Para isso, o estímulo mais justo é um bom PREÇO, em vez de subsídios via INSUMOS, ou via CRÉDITO subsidiado. Poderá haver a combinação dos três subsídios ou de apenas dois, conforme o produto e o porte do agricultor.

03- O Seguro Rural poderá ser o próprio PROAGRO, desde que este garanta também, aqueles produtores que utilizam apenas recursos próprios nas suas atividades, mas com os mesmos custos para os optantes.

04- A Poupança Rural e as Cooperativas de Crédito Rural, em períodos sem inflação, podem estimular a aplicação dos recursos gerados no campo, na agricultura, evitando que o agricultor esteja sempre de chapéu na mão, pedindo esmola ao Governo. Isto dará mais autonomia à agropecuária e menos dependência dos Governos.

05- A busca da eficácia na agropecuária deve ser estimulada, via investimentos no setor, quer seja via tecnologia de produção ou de administração e gerência da

Unidade Produtiva.

As Unidades Produtivas que não conseguirem um mínimo de eficácia, ficarão à margem do processo. Poderá haver uma ampliação do êxodo rural, com ampliação de problemas nas cidades, caso os setores secundário e terciário não absorvam este pessoal.

06- O investimento em educação, com a meta de nenhum jovem ficar sem o curso fundamental (8 anos), poderá significar a redução da pobreza e da pressão sobre a terra pelas próximas gerações.

07- A política agropecuária deve proporcionar e estimular a existência de agricultores - profissionais que fazem agricultura, porque esta é a sua vocação e porque é bom negócio. A sociedade não agrícola deve pagar para que o agricultor possa permanecer produzindo. Um desempregado na cidade custa muito mais à sociedade do que algum subsídio para a agricultura.

08- A política de abastecimento, calçada naqueles produtos que o País tem condições ideais para produzir, será o instrumento indutor da produção para o mercado interno. A adequação das estruturas de comercialização ao nível das regiões, ação de estoques reguladores e mecanismos restritivos à especulação e intermediação excessiva e a organização do consumidor, são ações que favorecem a implantação de uma política de apoio à agropecuária.

09 Descentralização institucional dos mecanismos de planejamento, decisão e ação, onde a comunidade organizada terá participação e poder. A participação das entidades representativas dos agricultores na definição da política agropecuária é fundamental.

10- Formação e readequação da estrutura de armazenagem e distribuição de alimento para centros consumidores, evitando-se o passeio dos produtos e possibilitando a auto-suficiência regional de alimentos.

11- Implantação da eletrificação rural, seja em áreas já ocupadas, seja nas fronteiras de expansão agrícola, com os objetivos de viabilizar a agricultura irrigada e de melhores nas condições para os agricultores tratarem em conservarem seus produtos.

12- Incentivo e apoio ao desenvolvimento de agroindústrias, inclusive as micro-indústrias, elo de integração entre as economias rurais e urbanas, fator de interiorização industrial e fonte de estímulos à agricultura e de melhoria das condições de comercialização, de abastecimento, de emprego e da melhoria da renda da população do interior.

13- Implantação de uma política fiscal

consentânea e a diminuição da elevada carga tributária incidente sobre os produtos agropecuários.

14- O aperfeiçoamento das relações de trabalho no meio rural, seja pelo fortalecimento das unidades familiares de produção, seja das formas permanentes de contrato do trabalho assalariado. Nesse particular, a legislação trabalhista e previdenciária rural deverá ser aprimorada, de forma a harmonizar as relações de emprego no campo, conferindo igualdade de direitos e obrigações trabalhistas e previdenciárias no meio urbano e rural e, adaptar-se a situações peculiares do mercado de trabalho no campo, cuidando-se para que a legislação, cujo objetivo é proteger o trabalhador não se converta em fator de expulsão da mão-de-obra, como por exemplo, as normas referentes à PRESCRIÇÃO, considerada pelos proprietários rurais, como desestimulante a um melhor aproveitamento da mão-de-obra rural assalariada.

## II- PROBLEMAS ATUAIS ENFRENTADOS PELA AGROPECUÁRIA PARANAENSE

Desde a implantação do "Pacote Econômico" a Federação da Agricultura do Estado do Paraná, se posicionou ao lado dos pecuaristas na busca de medidas de ajuste das atividades pecuárias à nova realidade econômica.

De todos os segmentos o que mais sofreu o impacto das medidas econômicas tomadas em 28 de fevereiro próximo passado, foi o setor leiteiro.

O leite que estava para ser reajustado na antevéspera do "Pacote" teve seu reajuste cancelado e, com isto, gerou um descompasso no setor de produção, cujas consequências a médio e a longo prazo serão irreversíveis.

Dentro deste quadro a FAEP saiu a campo em defesa do produtor, tomando entre outras as seguintes posições:

01 - Participamos do Encontro de Produtores de Leite em Maringá, onde foi feita uma análise da situação, sendo posteriormente as reivindicações ao Governo Federal, encaminhadas pela FAEP.

02- Através do nosso Diretor Tesoureiro participamos de todas as reuniões do CONSELHO ESTADUAL DO LEITE E SEUS DERIVADOS, e daí saiu pela primeira vez a idéia de se conceder um subsídio ao produtor de leite; pedia-se, entretanto, que este subsídio deveria, no mínimo, cobrir os custos de produção, uma vez que o preço praticado era o de dezembro/85, ou seja, Cz\$ 1,78 por litro. Pedia-se um subsídio de Cz\$ 0,93, por litro, e o governo quando atendeu foi na ordem de Cz\$ 0,53, não cobrindo sequer o custo de produção que está por volta de Cz\$ 2,70.

03- Participamos, através do Presiden-

te da Comissão Técnica de Bovinocultura Leiteira das reuniões realizadas em Brasília, tentando uma solução para o problema, tanto na C.N.A. como na SEAP.

## SUINOCULTURA E AVICULTURA

No tocante à suinocultura e avicultura, também efetivamos uma série de Encontros, com Autoridades Governamentais, Políticos (Deputados, membros da Comissão de Agricultura da Assembléia), procurando uma solução para os problemas enfrentados pelos produtores.

Acompanhando os suinocultores em seu movimento reivindicatório, a FAEP esteve presente nas reuniões realizadas:

a) Com o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

b) Com o Excelentíssimo Senhor Secretário das Finanças.

c) Com o Presidente do BANESTADO.

Paralelamente a FAEP entregou ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura, um documento onde expõem os problemas enfrentados pelo setor e encaminha uma série de sugestões, as quais, se efetivadas, poderão dar condições para que o produtor continue na atividade.

Acredita-se que uma solução para o problema enfrentado pelos suinocultores, principalmente no tocante a excedentes, passe necessariamente por três pontos básicos.

- 1- Uma redução da carga tributária.
- 2- Um reestudo das margens de intermediação.
- 3- Um ajustamento da produção dentro da nova realidade econômica.

## PECUÁRIA DE CORTE

Através de nossa Comissão Técnica de Bovinocultura de Corte, a FAEP não tem se descuidado deste importante segmento da Economia do Estado.

Também aqui, consideramos que, sendo a carne bovina um alimento tradicional na mesa do brasileiro, a carga tributária de 17% é bastante elevada.

Dentro desta ótica já encaminhamos estudos para a Secretaria das Finanças no sentido de se estudar uma adequação da cobrança do ICM, nos moldes do que acontece nos Estados do Rio Grande do Sul e Bahia.

Também nos posicionamos contrário à política de importação do Governo Federal. Não consideramos justo que seja dado preferência ao produto importado, em detrimento ao produto nacional, principalmente se levamos em consideração os seguintes pontos:

a) Qualidade duvidosa do produto importado.

b) Evasão de divisas que poderiam beneficiar a pecuária nacional.

c) Desestruturação de um setor, o qual pelas suas características não se recupera a curto ou a médio prazo.

Encaminhamos ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura, Doutor Brasília de Araujo Neto, documento contendo as seguintes reivindicações, referentes aos setores de Suínos e Aves:

### 1- POLÍTICA DE TRIBUTAÇÃO

a) Que sejam criados mecanismos que possibilitem aliviar a carga tributária, hoje incidente sobre a suinocultura e avicultura, quer seja através de um termo aditivo ao Convênio SEFI-SEAG-MA/DFA-APA-VI-APS, possibilitando o diferenciamento do ICM sobre o farelo de soja e demais componentes que formam os concentrados, a exemplo do milho, hoje já diferido: quer seja, através da elevação do percentual de crédito, presumido, especialmente para a suinocultura, o qual hoje é de 35%.

b) Concessão de prazo de 180 dias para o pagamento do ICM devido das carnes de aves e suínos e seus derivados, a partir da saída do produto de cada indústria.

c) Reestudar o sistema de cobrança do ICM, através da pauta. O mais justo seria a cobrança através dos preços reais de mercado, praticados diariamente para aves e suínos.

### 2- POLÍTICA DE CRÉDITO PARA ESTOQUES REGULADORES.

Que seja criada pelo Banco do Estado do Paraná, uma linha especial de crédito, com juros de crédito agrícola, alocando recursos para aquisição do milho, hoje existente dentro do Estado. Estes recursos possibilitarão aos produtores adquirirem o produto, formando seus estoques e impedindo que este milho seja levado para fora do Estado, gerando futuramente, além do aumento nos preços, a falta do mesmo para produtores paranaenses.

### 3- POLÍTICA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Após a implantação da "Nova Ordem Econômica" no Brasil, especialmente no tocante à comercialização na área da suinocultura, é necessário um reestudo nas margens de participação dos diversos segmentos até que o produto chegue ao consumidor final.

Conforme estudo elaborado pela SUDCOOP a distância entre a indústria e o consumidor é demasiadamente grande em termos de valores, citando como exemplo.

PRODUTOS	PREÇO DE VENDA INDÚSTRIA (cz\$)
Pernil	17,80
Carré	21,36
Lombinho	38,27
Costela Salgada	19,13

Salsicha	22,52
Ling. Calabresa	23,14
Mortadela	18,69
Presunto	39,26
Toucinho	9,79

PREÇO TABELADO AO CONSUMIDOR (Cz\$)	MARGEM DO INTERMEDIÁRIO (%)
28,60	60,67%
34,80	62,92%
55,40	44,76%
28,70	50,02%
29,00	28,77%
57,70	149,35%
24,95	33,49%
71,60	82,83%
14,10	44,02%
MARGEM MÉDIA....	61,87%

Podemos observar que existem margens de intermediação que chegam a ser superiores a 100%, como é o caso da lingüiça calabresa. Não é justo que isto aconteça, em detrimento ao produtor, o qual recebe pelo seu produto, um preço que não lhe possibilita sequer cobrir os custos de produção.

Por outro lado, deve-se gestionar junto ao Governo Federal no sentido de uma atualização real dos preços mínimos para os produtos suinícolas e avícolas, garantindo aos setores envolvidos uma justa remuneração pelo seu produto. A FAEP apresentará proposta, após realizar estudos.

Outro aspecto que precisa ser levado em consideração, no tocante ao incremento do consumo de carne de suíno, é o diferencial em relação à carne bovina.

Todos sabemos que ao longo dos anos se formou no Brasil uma tradição de consumo de carne bovina, muito superior ao consumo da carne de outros animais.

Necessário se faz que se tracem diretrizes que a médio e longo prazo possam até reverter esta tendência gerando excedentes, especialmente de carne bovina que nos possibilitem a concorrer no mercado interno.

Entretanto, a carne suína se comparada com a carne bovina, quando preparada, apresenta um rendimento menor, portanto, para que o seu consumo seja aumentado, é necessário um diferencial de preço bastante atrativo, com a conseqüente DIMINUIÇÃO DE PREÇO AO CONSUMIDOR.

Para que se chegue com êxito a esta alternativa é preciso com maior urgência, a implantação de medidas tais como:

- Redução da carga tributária;
- Reestudo das margens de intermediação;
- Uma ampla campanha publicitária in-

centivando o consumo da carne suína.

#### COMERCIALIZAÇÃO DA SAFRA DE VERÃO 85/86

Encaminhamos telex ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor José Sarney, manifestando descontentamento quanto às seguintes medidas:

1- elevação das taxas de juros dos empréstimos do Governo Federal, que passaram de 3% para 10% ao ano.

2- pagamento das aquisições do Governo Federal que excederam a Cz\$ 125.000,00 em quatro parcelas mensais de 25%.

#### CONSIDERAÇÕES:

Concluimos que em benefício do plano cruzado, da sobrevivência da agricultura e restabelecimento da credibilidade do Governo no meio rural, sejam tomadas as seguintes providências:

a) revogação das medidas restritivas adotadas pelo C.M.N., na reunião ocorrida em 15.05.86, no tocante à comercialização da safra de verão 85/86, e custeio da safra de inverno 86;

b) abertura de diálogo constante entre o Governo e a classe produtora, visando a análise e discussão das questões que afetam a agricultura, buscando uma política agrícola objetiva e estável.

#### FINANCIAMENTO DO PLANTIO DO TRIGO

A política para a safra de trigo foi bem aceita pelos produtores. O V.B.C. bom aliado ao preço de garantia de Cz\$ 200,40 a saca, deu novo alento ao produtor que acreditou que desta vez o Governo estava do seu lado. Porém quando 70% do trigo já estava plantado e 30% financiado nos bancos, houve alteração na política de crédito reduzindo o adiantamento para grandes e médios produtores de 100% para 40 e 60%, respectivamente.

O produtor não entendeu a medida, pois, pela primeira vez, o Governo muda as regras durante o plantio.

Preocupa-nos também, desde já, se haverá recursos para adquirir a safra de trigo e a política que será adotada para a safra de verão 86/87.

#### III - REIVINDICAÇÕES ESPECÍFICAS POR ATIVIDADES

##### 1 - Sericicultura

Expediente ao Governador do Estado solicitando apoio à liberação da exportação do casulo seco. Essa medida possibilitará a expansão da sericicultura sem ampliação do setor de fiação, cujo equipamento é importado, bem como permitirá plena utilização da infraestrutura já existente.

##### 2 - Cana-de-açúcar

2.1 - A Federação da Agricultura, solicitou ao Instituto do Açúcar e do Alcool, Ministério da Indústria e Comércio, Ministério da Fazenda e Bancada Federal do Paraná, apoio, no sentido de viabilizar autosuficiência das destilarias de álcool.

2.2 - A FAEP encaminhou expedientes aos Ministros das Minas e Energia e da Indústria e Comércio, pleiteando o seguinte:

- o estabelecimento de um elenco de medidas a serem aplicadas pelo Governo, visando manter o nosso País na posição de liderança incontestada entre todas as nações, no que diz respeito à produção de energia renovável. A dependência externa de energia sempre foi e continua sendo inaceitável, atenta contra a soberania nacional, que deve permanecer sempre incólume.

- a elaboração de um Plano Plurianual de Produção para o setor canavieiro-alcooleiro, considerando as futuras necessidades nacionais do energético e as possibilidades de conquista do mercado externo. Nada justifica que sejam os produtos de cana e de álcool autorizados a efetuar uma produção bem abaixo de sua capacidade, obrigando-os a revisarem suas safras, gerando a incerteza do que fazer com o eventual excedente.

- o disciplinamento de uma adequada política de reajuste dos preços dos derivados de petróleo e do álcool, de forma ao estabelecimento de critérios de justa remuneração à PETROBRÁS e aos produtores de cana e álcool.

- a proibição de venda de veículos de até 15t/equiparados com motores diesel ou à gasolina.

- o aumento da mistura do álcool à gasolina para 25% e a adição de 5% de álcool ao diesel consumido no País.

- o estabelecimento de um contingente de produção de álcool à cada safra, levando em conta um volume de cana proporcional à produção realizada pelos produtores independentes.

- a eliminação da multiplicidade de órgãos públicos na área federal e estadual, participantes do PROÁLCOOL, tornando difíceis as decisões pelos inúmeros pontos de vista conflitantes, prejudicando o PROÁLCOOL.

##### 3 - Café

Enviado para os Ministros da Fazenda, Indústria e Comércio, Planejamento e Presidente do IBC, expediente contendo os seguintes pleitos:

- a absoluta, e indispensável manutenção das cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café, no que diz respeito

ao cumprimento da cota tradicional de 30% da oferta mundial de café e majoração dos preços máximos e mínimos atualmente, estabelecidos em US\$ 1,40 e US\$ 1,20 por libra peso, respectivamente.

- o estabelecimento de acordo parcial momentâneo com a Colômbia e demais países produtores de café, principalmente Arábia, enquanto não se define acordo amplo, para defesa das cotações internacionais.

- o Governo brasileiro, deverá garantir, a nível interno, preço mínimo e financiamento condizentes com a realidade atual. O financiamento deverá ser sempre na base de 80% do valor do preço mínimo no interior. O preço de garantia deve ser fixado em Cz\$ 3.500,00 para o tipo 6, Cativo, impostos, sacarias e outras despesas, estimadas em 20% garantindo, assim remuneração líquida ao produtor de aproximadamente, Cz\$ 2.800,00.

- tendo em vista a expansão do parque cafeeiro nacional é necessário, com a maior urgência; uma política de longo prazo, para se evitar conseqüências danosas aos países produtores e cafeicultores.

- a defesa das cotações do café Robusta paralelamente a do café Arábica, em função de que elas estão intimamente relacionadas, à medida em que o café Conilon se expande em produção e procura no mercado internacional. A inexistência de uma política definida para o café Robusta Brasileiro, acarretará antagonismos com os produtores africanos, tendo como conseqüência, baixas cotações no mercado internacional.

- maior apoio ao mercado interno, pois, esse segmento vem sendo o sustentáculo da comercialização, com tendência a expandir. Esse apoio deverá ser associado à melhoria da qualidade, através de rigoroso controle dos padrões estabelecidos.

- para aumentar a produtividade das lavouras o Governo deve estimular a renovação do Parque Cafeeiro Paranaense, constituindo, na maioria, de cafés velhos plantados em quadrado, ocupando maiores áreas".

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Assembléia Legislativa do Paraná, através da sua assessoria econômica com a cooperação dos presidentes das entidades aqui presentes e dos Senhores Deputados, elaborou uma síntese do que foi aqui apresentado e solicita do 1º Secretário que proceda a leitura desta síntese.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Sabino Campos) - (Procede a leitura da conclusão do Relatório)

## CONCLUSÕES DA SESSÃO ESPECIAL SOBRE AGRICULTURA

Considerando as exposições feitas, durante Sessão Especial, pelas lideranças da Agricultura do Paraná, a respeito da necessidade de uma política agrícola coerente para o Brasil;

Considerando-se a necessidade de manifestação desta Assembléia Legislativa, de modo claro e incisivo, em apoio à Agricultura,

Os Deputados que esta subscrevem, decidem constituir um BLOCO PARLAMENTAR INTERPARTIDÁRIO RURALISTA, com os objetivos de:

1. defesa intransigente da importância da Agropecuária, como setor primário e fundamental da atividade econômica, sem o concurso do qual o Brasil não logrará promover um desenvolvimento equilibrado e sustentado;
2. manifestação continuada junto ao Poder Executivo Estadual e a nível federal, junto aos Poderes Constituídos - principalmente o Congresso Nacional e o Governo Federal - no sentido de definição de uma política agrícola que dê garantias de produção e renda para o agricultor; estruture um sistema de crédito com juros de estímulo; promova o desenvolvimento o desenvolvimento consistente da atividade agropecuária e, assegure a produção para o abastecimento das oportunidades do mercado internacional;
3. realização permanente de consultas com as lideranças agropecuárias, notadamente as que se expressam através das entidades que estiveram presentes a esta Sessão Especial, para que o Poder Legislativo paranaense possa acompanhar permanentemente os problemas e a dinâmica da agricultura, a fim de defender seus pontos de vista e obter implementação de ações governamentais adequadas;
4. assegurar que os mecanismos de crédito e preços para a Agricultura sejam manejados, dentro da política agrícola, de modo a impedir a atual situação de transferência de renda intersetorial, para garantir o desenvolvimento da agropecuária, principalmente em relação ao pequeno produtor rural;
5. apoio ao pleito das lideranças agropecuárias, de ampliação em número significativo da participação de representantes da Agricultura no Conselho Monetário Nacional;
6. convite à Bancada Federal do Paraná e dos Estados do Sul, para uma reunião conjunta com esta Assembléia Legislativa e as Lideranças Rurais, com vistas ao estabelecimento de um Bloco Parlamentar Interpartidário Ruralista, a nível do Congresso



Nacional, nos moldes do modelo ora instituído no Legislativo do Paraná.

Estas conclusões serão levadas a conhecimento do Plenário, mediante requerimento nos termos regimentais, para dar existência plena a este Bloco Parlamentar Interpartidário Ruralista.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1986.

(aa) ORLANDO PESSUTI - PMDB

SABINO CAMPOS - PMDB

CAÍTO QUINTANA - PMDB

GILBERTO CARVALHO - PFL

AUGUSTO CARNEIRO - PFL

AIRTON CORDEIRO - PDT

ANTENOR RENI - FETAEP

ÁGIDE MENEGUETTI - FAEP

ANIBAL KHURY - PMDB

WERNER WANDERER - PFL

GUNTOLF VAN KRAICK - OCEPAR

NILSO ROMEU SGUAREZI - PMDB

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está em discussão a conclusão do relatório.

O SR. AIRTON CORDEIRO - (Pela Ordem) Senhor Presidente. Apenas considerando que aqui estão companheiros que vieram do Interior, eu solicitaria à Presidência que deixasse a palavra livre, a fim de que, se algumas lideranças quisessem fazer uso dela, pudessem fazê-lo agora.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A palavra está livre para as posições, e se os Senhores participantes quiserem se pronunciar, poderão fazê-lo, para debater as conclusões da Sessão Especial da Agricultura, tanto os Senhores Deputados como os representantes da classe.

Está livre a palavra.

O SR. GETÚLIO FERRARI - (de Campo Mourão) Senhor Presidente, Senhores Deputados, Membros que compõem a Mesa.

Eu queria dar um testemunho de um agricultor que milita nessa vida há muito tempo. E, acompanhando as exposições dos líderes da agricultura paranaense, nós chegamos a uma conclusão de que, realmente, esta vivendo uma fase difícil dentro da agricultura, e sentimos isso no dia a dia dentro da nossa cidade, em contáto com outros agricultores.

E se comenta, se fala muito, Senhores Deputados, que o "pacote" elaborado pelo Governo, no dia 27 de fevereiro é intocável.

Nós sentimos, Senhor Presidente, que ele é intocável na parte que diz respeito aos nossos produtos. Mas, ele não é intocável nos custos dos insumos que nós usamos.

Nós ouvimos pela explanação do Presidente da OCEPAR, Guntolf Van Raick, que teve produtos de uma elevação de 180%,

produtos esses que nós teremos que aplicar no custeio de nossa agricultura, no dia de amanhã. E o próprio Governo dá uma prova de que ele não cumpre o "pacote". Vamos analisar que houve um acréscimo de 33% nos juros; juros estes que foram elevados de 3% a 22%.

Nós sabemos que os agricultores não têm recursos disponíveis, e nem os bancos. Então, temos que buscar esses recursos no valor de um juro de 22%. E o grande problema do Paraná, Sr. Presidente, Senhores Deputados, não é a incapacidade de produzir do agricultor paranaense, porque disso tem dado prova de sua capacidade e no momento em que ele é chamado tem demonstrado pelo aumento da produção em todo o nosso Estado.

Eu invoco aqui, o testemunho dos homens que militam no setor cooperativista, e aqui no meu lado está um, que, em poucos anos, na década de 70, o Paraná se transformou em sua produtividade, e a prova está aí, as cooperativas grandiosas dentro deste Estado, fruto da capacidade do agricultor paranaense.

Agora, é difícil administrar a nossa atividade agrícola, quando o Governo vem com medidas para dificultar, inclusive a nossa ação de agricultor. É uma vergonha, como disse o Deputado Nilso Sguarezi - já situou bem o Sr. Van Raick, - que o Brasil tenha que exportar leite, importar milho, carne, arroz, nós vivemos dentro de um País continental, e é uma vergonha para o Brasil, como é que ele é visto lá fora, nos Países da Europa, sendo que nós temos que lançar mãos de seus produtos, e buscar leite para alimentar nosso povo. Essa vergonha deve ser atribuída ao Governo, e não ao agricultor, porque o agricultor tem capacidade de produzir. Ele não produz, muitas vezes, porque alguém lhe corta o caminho que ele deve seguir.

Nós sentimos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a reação do agricultor paranaense e do agricultor brasileiro. Esse agricultor não está contente. Ele tem demonstrado, através de reunião em praça pública e em porta de banco. E toda pessoa quando não tem condições de se manter em sua atividade, de duas uma: ou se revolta para demonstrar que ele necessita que os órgãos do Governo dêem o apoio, ou simplesmente ele sai desta atividade. E é o que está acontecendo no leite. Não é solução importar leite. Mas, também não é a solução pagar ao produtor 1.78, tirando o custo de transporte caindo a 1.38 um litro de leite, e o custo deste leite é mais de dois cruzados por litro. Não é justo. Porque não é justo? Porque ele tem que se desfazer de seu plantel que levou anos para formá-lo. Ele tem que vender para o abate. E o dia de amanhã, o Governo por



incompetência, pura e simples incompetência, será obrigado a importar o produto lá de fora.

Dizem que não têm recursos para adquirir o produto colhido pelo agricultor brasileiro, mas têm recursos para importar este produto. E falou bem o Sr. Von Raick, que na ordem de três bilhões de dólares. Três bilhões de dólares representa 42 bilhões de cruzados, e sendo que está reservado para a agricultura, entre os custos de todo ano, a importância de 97 trilhões de cruzados para comercialização, para investimento e para custeio.

Mas, o pior de tudo, que no momento em que dizem que existe esta dotação dentro do orçamento, nós vamos aos bancos buscar recursos para por calcário nas nossas terras para melhorar a produtividade, nós recebemos um não, negativo. Não tem realmente esses recursos. E eu invoco hoje, aqui, o testemunho dos agricultores, se chegar hoje em qualquer agência de bancos particulares ou do próprio Banco do Brasil buscar recursos para investimento, para o calcário que é fundamental na produtividade de nossas lavouras, se realmente um gerente de Banco diga que tem esse recurso, não tem. Mas, vêm pela imprensa, em praça pública, muitas vezes o Governo dizer que tem dotação orçamentária, e não é verdade.

Mas no momento em que o agricultor vai buscar, o agricultor sério, aquele que realmente trabalha, aquele que quer produzir, ele não encontra a resposta. Então, a agricultura realmente encontra-se numa situação muito difícil.

A distorção disto é tanta que nós levaremos horas aqui enumerando. Mas, eu quero aqui só, fazer uma colocação, das máquinas e dos implementos agrícolas. Uma plantadeira, e quem mexe com a agricultura sabe o que é uma TD300, uma máquina de semear, em outubro do ano de 1985 essa máquina era comercializada ao agricultor por oito milhões e quinhentos mil cruzeiros, representando na época, o custo de cento e setenta sacos de soja. O agricultor com cento e setenta sacos de soja, em torno de Cz\$ 50,00 que era à época, cinquenta mil cruzeiros, ele adquiria uma máquina. Hoje, ele necessita de setecentos e setenta sacos de soja para comprar essa máquina.

Então, o "pacote" é para assegurar o preço do produto que nós colhemos e não é para assegurar o preço do produto que nós consumimos? Aonde é que nós vamos parar? Vai chegar um determinado momento que todos nós teremos de cruzar os braços porque nós vamos trabalhar com prejuízo e não temos recursos, não temos dinheiro, e vamos aos bancos e estes também não têm dinheiro.

Então, a classe política - e é isso que nós precisamos, Senhores Deputados -

e a Assembléia Constituinte que vem aí, que realmente nós tenhamos - os agricultores de nosso País - representatividade junto aos órgãos políticos para, realmente, no dia de amanhã defender os interesses do povo que luta e trabalha na agricultura, e defendendo os interesses do povo que trabalha na agricultura estará defendendo o interesse do País e o interesse do nosso Estado.

É coisa séria, Senhor Presidente; é coisa séria, Senhores Deputados; é coisa séria, lideranças agrícolas do nosso Estado. É preciso que nós todos estejamos unidos e mostrar acima de tudo competência por parte do agricultor que produz; mas acima de tudo, competência dos políticos para reivindicar com clareza e justiça as medidas, e competência acima de tudo, por parte do Governo que tem a responsabilidade de administrar e ditar as regras para o desenvolvimento do nosso Estado.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Continua o debate e livre a palavra.

O SR. BELIZÁRIO DOS SANTOS - Concede-me a palavra? (Assentimento).

Primeiramente, eu queria agradecer pela oportunidade, agradecer aos Deputados presentes, agradecer à Mesa, ao Presidente da Mesa, e em especial, agradecer ao nosso digno Presidente da FETAEP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná - pela oportunidade de trazer o Litoral do Paraná presente neste acontecimento, hoje. E como representante dos agricultores do Litoral do Paraná que já quase não existem mais porque sempre ficaram à margem de qualquer progresso a nível de política agrária. (E para que o taquígrafo possa registrar, primeiro eu gostaria de dizer que eu sou o Belizário, representante sindicalista do Litoral e pertencente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Antonina, um dos únicos sindicatos já credenciados pela Delegacia Regional de Trabalho e que o quadro associativo abrangeu todo o Litoral).

Hoje, eu queria deixar aqui a preocupação dos nossos pequenos, dos nossos pobres agricultores do Litoral que vêm sofrendo de mais da conta. Ao longo dos anos eles não tiveram participação alguma em nenhuma política agrária no Litoral. E que hoje, quando se fala em reforma agrária eu queria dizer que o Litoral está também integrado nesta luta pela reforma agrária.

Mas, a preocupação nossa no Litoral é como vai acontecer reforma agrária no Litoral se nós sabemos que existe a Lei n. 2227/84 que rege o ITCF - Instituto de Terras e Cartografia e Florestas, e que esse órgão vem cerceando os colonos do litoral de produzirem e vem jogando esse

pessoal ao longo dos quatro anos de mandato do Governador José Richa, na miséria, e essa Lei vem sendo cumprida à risca; essa Lei vem sendo cumprida no Litoral, sob pena de o agricultor sofrer miséria e ver os seus filhos passarem fome.

Eu deixo aqui a reivindicação a esta Casa que regulamentou em 1984, a Lei do Uso do Solo do Litoral. A reivindicação é para que esta Casa se reúna e crie uma nova emenda nesta Legislação, porque esta Legislação diz que acima de 20 metros do nível do mar não se pode plantar. Acima dos 20 metros do nível do mar é área de preservação permanente e todo o Litoral, a sua faixa agricultável está dentro desta cota que foi estabelecida por lei que não se pode desmatar.

Então, pediria à esta Casa, que foi responsável pela regulamentação desta Lei, em 1984, que seja responsável novamente por reunir e criar uma nova regulamentação. Porque, pergunto, como que é que o Litoral vai ser integrado neste processo de reforma agrária se existe uma lei e que já nos boicotaram no êxodo do assentamento em Morretes, quando assentamos dois agricultores numa faixa plenamente agricultável e estes agricultores tiveram que ser removidos destes lotes, perderam serviço em cima dos mesmos, porque a Lei não permitiu que se fizesse reforma agrária ali.

Esta é a reivindicação de todo o Litoral, que está enquadrado nesta Lei regulamentada sob n. 2227/84. Era esta a preocupação do Litoral, trazida pelo sindicalista do Litoral e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Antonina.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Continua em debate. A palavra esta livre.  
Tem a palavra, o Sr. Inácio Donel.

O SR. INÁCIO DONEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mais uma vez ouvimos aqui as Lideranças agrícolas de nosso Estado e representando neste momento a COTREFAL, de Medianeira.

Preocupo-me e volto com a mesma preocupação. Aqui falamos, fizemos uma síntese que mais uma vez propõe que seja instalada, de uma vez neste País, uma política agrícola.

Mas, a preocupação nossa é exatamente levar ao Governo, os conhecimentos mínimos. Ter a oportunidade de diálogo, para lá podermos dizer o que afinal significa uma política agrícola que necessitamos. Nos momentos em que o País, numa forma tão acertada, questiona a reforma agrária, nós no dia 28 próximo passado, "Dia do Protesto", reuníamos os Prefeitos, Presidentes de Câmaras, de Lideranças de Sindicatos,

engenheiros agrônomos, da Associação dos Suinocultores, das Cooperativas, em oito municípios integrantes do Extremo-Oeste do Paraná. Municípios estes em que as propriedades agrícolas, num percentual superior a 80% são formadas por áreas de até 25 ha. de terras. Portanto, de pequenos produtores. Quando vemos que pelos registros havidos em cartório, portanto, em projetos de colonização, as terras de 305.000 ha. que foram estes oito municípios, que hoje plantam 230.000 ha. agricultáveis, foram inicialmente subdivididas em 22.632 propriedades agrícolas. E hoje estas 22.632 propriedades estão sendo ocupadas por 11.200 famílias de agricultores, notamos visivelmente, e com preocupação, a concentração de propriedades na mão de alguns pela não existência de tal e tão reclamada política agrícola. Nós sentimos os problemas dos insumos agrícolas mais uma vez alterados e se nós nos recordarmos que boa parte dos custos da produção, hoje, são os custos financeiros que na marcha dos acontecimentos mais uma vez voltarão a incidir em 50% dos custos reais na formação de nossas lavouras, se nós sabemos que estes recursos financeiros, também são repassados para intermediários aos quais nos vamos valer, que são os grandes conglomerados financeiros, que oneram o repasse desses recursos financeiros em cerca de 15% incidente sobre os depósitos à vista, feitos nos nossos bancos e agentes financeiros nacionais.

Se nós recordarmos de que o Governo não pode rebaixar os juros, simplesmente porque iria decretar a falência dos conglomerados financeiros que elevaram o repasse desses recursos para a agricultura e se nós vivemos o dia a dia do sofrimento e das nossas poucas Cooperativas de Crédito Rural iniciadas no Estado do Paraná, e se nós vemos o sofrimento das Cooperativas de Crédito Rural implantadas no Rio Grande do Sul, e se nós sabemos de recentes medidas inclusive do Banco Central, impondo novas restrições ao funcionamento destas cooperativas de crédito rural e sabendo-se do papel exercido pelas nossas cooperativas de produção agropecuária, no sentido de minimização dos custos, neste momento, se não é a hora para baratearmos o acesso a juros condizentes à nossa agricultura, a liberação, em igualdade de condições dos conglomerados financeiros, da legislação para que estas cooperativas de Crédito Rural possam ser um instrumento de acesso do nosso agricultor para que em horas como estas, em que o Governo falha, no repasse de recursos financeiros, a agricultura tenha esses recursos disponíveis pela própria produção no sistema cooperativista de crédito rural.

Portanto, que se inclua dentro desta

síntese, a liberação da legislação para que a agricultura, penalizada mais uma vez com a elevação de juros superiores a 600%, possa através da ação de cooperação, pelo cooperativismo de crédito rural procurar ter a resposta que não se encontra através da ação governamental.

Essa a nossa sugestão. Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Continua o debate. A palavra está livre.

O SR. PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS EM MANDIRITUBA:

Eu queria agradecer aos Deputados que tiveram paciência de ficar conosco até agora. Eu imaginava chegar aqui e encontrar a Casa cheia. Não sei porque, mas foram poucos os Deputados que aqui compareceram e "deram no pé". Será que nós agricultores, - imagino eu - será que não temos o direito de ficar aqui também sendo assistidos pelos Deputados?

Agradeço a vocês que ficaram conosco até agora e fazendo um lembrete daquilo que a gente faz daquele congresso em Brasília. Que de promessa e reivindicação, nós agricultores não agüentamos mais. Não adiante só colocar no papel e, nós de agora em diante, desculpem os Deputados aqui presentes, vamos fazer aquilo que o Deputado Nilso Sguarezi, como também aqui nosso amigo falou. Está chegando o ano político e nós vamos fazer da mesma forma, porque enquanto nós não fizermos pressão em cima dos Deputados, a nossa agricultura continuará sendo como está. E nós também vamos fazer o mesmo, vamos pressionar os Deputados.

Já tivemos um, num congresso em Brasília, em maio do ano passado, onde foi discutido política agrícola, agrária e tudo ficou no papel até o dia de hoje. E eu pergunto a vocês: será que foi a falta de nós trabalhadores rurais, sindicalistas, ir até Brasília: brigamos a semana inteira e eu pergunto, o que foi feito até hoje para ajudar a nossa agricultura? Nada.

Era só isso. Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Continua livre a palavra.

O SR. VICENTE DE GALLI - (Presidente da Cooperativa de Francisco Beltrão).

Realmente queria agradecer a oportunidade em nome dos sete municípios que aqui representamos. E as posições ficaram claras no dia de hoje. Primeiro, pelos apresentadores da OCEPAR, FETAEP e AFAET. Ficou retratado realmente o que a agricultura está passando hoje e pelas intervenções de Deputados que usaram da palavra.

É preciso que se corra rapidamente

antes que o campo de levante e venha realmente perturbar. Se o passado nos mostra que a posse da terra trouxe um problema, agora o produtor que tem uma lasca de terra pode ser um problema para o Governo.

Na hora em que ele fecha o diálogo não só com representações nossas, isso nós fazemos aqui com tristeza, e sobretudo, aqueles que são os nossos representantes legítimos os deputados estaduais e federais e, sobretudo, o Governo do Estado que levou já em Londrina com clareza o que o Paraná representa, nós queríamos aqui advertir e deixar claro que o produtor espera rapidamente uma resposta, uma atitude, porque senão nós vamos desembrulhar o pacote, vamos sair às ruas e não queremos.

Há uma necessidade agora de uma ação rápida desta Assembléia Legislativa, realmente encampar as idéias dos produtores e fazer frutificar, porque realmente de discurso o nosso produtor está enfiado. Há uma necessidade. O nosso companheiro de Campo Mourão relatou que foi uma batalha durante o ano inteiro preparar o campo para o produtor passar o seu corretivo.

Eu queria aqui testemunhar, não importa o tamanho do produtor, ele tem realmente uma tecnologia de produção, seja ele de 5 a 50 ou 500 hectares.

Hoje, o Paraná, tem realmente as condições, e tendo condições de responder, e não há necessidade de importação. Nós, realmente, temos a condição, porque convivemos com o produtor consciente, e ele quer, realmente, uma política justa, e há uma necessidade, Sr. Presidente, de que a Casa realmente encampe a nossa idéia. Faça com que essas entidades realmente sejam ouvidas pelo Governo Federal.

Muito obrigado pela atenção e pela paciência dos companheiros que ficaram conosco, para ouvir esses debates que são sinceros, são reais e são realmente necessários neste momento.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Continua o debate e a palavra livre.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - Peço a palavra. (Assentimento).

Senhor Presidente, nobres Deputados, caros representantes da classe da área agrícola, aqui presentes.

Esta Casa se viu, hoje, engalanada, prestigiada, valorizada, porque tivemos a oportunidade de trazer, na Ordem do Dia, um trabalho diferente do trabalho costumeiro, que é de discussão e aprovação de projetos já previamente colocados na Ordem do Dia, cujos projetos já passaram por discussões nas Comissões Permanentes, e, conseqüentemente, chegam a este plenário assuntos mais ou menos maduros.

Hoje, nós tivemos a oportunidade de ouvir os representantes de entidades da área agrícola e agricultores em si, trazendo aquilo que já é do conhecimento de muitos dos Senhores Representantes desta Casa, e somando com provas toda uma aspiração e uma preocupação que reina, principalmente nos homens que são ligados à área agrícola.

Como Parlamentar que somos, temos observado tantos e quantos requerimentos aprovados aqui, e encaminhados a autoridades tanto da área federal como da área estadual, cujos requerimento têm sido encaminhados sem nenhuma ressonância e, muitas vezes, sem nenhuma resposta. Então, tem-se tornado em vão todo o esforço e todo o trabalho desenvolvido nas mais variadas crises que a agricultura nacional tem passado.

No entanto, hoje, fazemos um trabalho diferente, onde os agricultores, através de seus representantes, trazem subsídios - e que eu pediria, também, aproveitando a oportunidade, que o Presidente da OCEPAR, que trouxe alguns dados importantes e valiosos a respeito do problema da crise agrícola, que também nos fornecesse, bem como a Federação dos Trabalhadores nos forneceu uma cópia do que foi exposto aqui, porque as palavras passam, e o que fica escrito nos serve de orientação para futuros debates, e a continuação da luta em prol do problema que todos nós atravessamos.

Eu queria também, nestas minhas palavras, Senhor Presidente e caros Senhores Agricultores, da minha preocupação, quando, a mim me parece, e também parece aos homens de sã consciência, de que o grande problema nacional, o grande problema brasileiro é econômico, e, assim sendo econômico, qualquer cidadão sabe que nós só poderemos amenizar o nosso problema, se aumentarmos a nossa produção, se aumentarmos as nossas divisas, se melhorarmos a nossa situação econômica. Quem não sabe que este nosso querido Brasil, tem as divisas principais em cima do problema agrícola. É a produção de nossa terra que traz a esta Nação as maiores divisas, e conseqüentemente é a agricultura e a pecuária, que rendem divisas para o Brasil a fim de que nós possamos amenizar o nosso problema econômico.

Agora, na hora em que uma política agrícola mal direcionada esquece e desprestigia, cria dificuldades para a fonte de produção, conseqüentemente se não estão, a curtíssimo prazo, a médio prazo estarão prejudicando a produção nacional, e conseqüentemente, estrangulando a principal renda desta Nação.

Se os homens que têm o poder de decidir sobre política econômica e agrícola

desta Nação, não entenderam esta simples e clara verdade, nós caminharemos sempre em rumo contrário do progresso e da estabilidade econômica e, conseqüentemente, social deste País.

Nós precisamos colocar na cabeça dos homens que dirigem a economia e principalmente que regem a política agrícola desta Nação, colocar na cabeça dos homens que representam a política, principalmente nos Estados do Sul, que são os Estados produtores deste País, não só Deputados Federais têm que abraçar esta causa, mas principalmente os Governadores dos Estados, porque estes representam a expressão maior política, a maior força política, e se estes homens, independentemente a que partido político pertençam, os Senhores Governadores, nós temos que todos os partidos, se não encamparem esta causa tão importante em defesa de seus estados, já não é defesa da sua área política, mas a defesa de seus estados, porque os Estados do Sul principalmente, e acima de tudo, são Estados que têm a sua fonte de riqueza quase que exclusivamente na agricultura. E enquanto não tivermos uma política perfeitamente definida, delineada e clara, onde o agricultor saiba de que ele plantando hoje, terá o preço X garantido amanhã; de que ele saiba o custo antecipado de sua lavoura. E de que ele saiba de que o preço mínimo é preço verdadeiramente assegurado ao agricultor/produtor.

Nós temos aqui, um exemplo claro do milho, por exemplo, onde o preço mínimo é um, e na verdade o produtor está vendendo apenas por um terço do preço mínimo estipulado, porque o produtor do milho não tem maquinário, não tem recursos; ele é sempre subordinado ao intermediário.

E se continuarmos assim, nós sabemos de que fonte de produção deste País será prejudicada, e sendo prejudicada, a Nação como um todo também será prejudicada. Então, eu espero, pois, assinei este documento que foi lido, e parece-me um documento onde pelo menos, continua aberto o debate, convocando as autoridades capazes. E todos nós, como num esforço comum, e a classe política que tem a responsabilidade de transmitir a idéia do povo, os próprios agricultores, fazer isso que disse o amigo aqui em Mandirituba, sabendo quem escolhe, é importante; isso porque tudo nasce do povo, sabendo quem escolhe, escolhe alguém que verdadeiramente possa, com autenticidade, com responsabilidade e acima de tudo com um pouco de conhecimento das coisas, poder representar verdadeiramente o nosso povo. E colocar na cabeça daqueles que disciplinam e que regem a política agrícola de País. Se não fizermos isto estamos fracassando mais uma vez.

Mas, espero que desta reunião, deste

documento aqui elaborado, e deste despertar de chamamento de responsabilidade dos que devem ter, nós podemos amenizar os sérios problemas que a agricultura brasileira e principalmente, paranaense está atravessando no momento.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Continua livre a palavra.

O Deputado Caíto Quintana. Com a palavra.

O Sr. Caíto Quintana - Eu consulto Vossas Excelências pelas assinaturas dos Deputados signatários deste documento, a Mesa pode declarar ter constituído o Bloco Ruralista Parlamentar, para que nós possamos imediatamente tomar na condição de bloco constituído e designado o Secretário executivo para esse bloco formado pela Casa para as medidas concretas, que eu acredito sejam talvez no momento, a conclusão maior desse Encontro: a mobilização das bancadas estaduais e federais dos Estados do Sul para darmos continuidade a essa idéia de exercer uma efetiva pressão política frente ao Governo do Estado.

Como nós estamos em continuidade, parece-me de uma Sessão Ordinária da Assembleia, pela assinatura dos signatários deste documento, consulto à Mesa se poderia declarar efetivamente formado o Bloco Parlamentar Ruralista, e desta forma os Deputados signatários e os demais Deputados que queiram dele participar possam, a partir de agora dar andamento a essas propostas, agilizando isso que é uma emergência para todos nós.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa responderá, oportunamente, a questão de ordem de Vossa Excelência e continua o debate.

A Mesa vai submeter à votação, o requerimento de autoria dos Senhores Deputados que solicitam constituir um Bloco Par-

lamentar Interpartidário Ruralista. Os Deputados que aprovam a criação deste Bloco queiram conservar-se como estão. Está aprovado e está constituído o Bloco, e a Mesa solicita às Lideranças dos Partidos que procedam à indicação dos seus representantes, e esta Comissão será constituída de sete membros. A Mesa considera aprovado também, o adendo do Senhor Inácio Odonel que será incorporado a esta síntese; ainda vai transmitir à Comissão de Justiça ...

O SR. AIRTON CORDEIRO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, apenas por uma questão de justiça, eu sugiro à Mesa que considere como integrantes natos desta Comissão os Senhores Parlamentares que, signatários do documento, permaneceram durante todo o período acompanhando com interesse o debate desta matéria independentemente de outras indicações que as Lideranças Partidárias possam fazer.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Procede a questão de ordem. A Mesa considera integrantes naturais deste Bloco, os Deputados que participaram e assinaram o documento.

A Mesa vai encaminhar à Comissão de Constituição e Justiça a reivindicação do Senhor Belizário Armstrong dos Santos, Delegado Sindical de Antonina e dá a sua opinião pessoal sobre o assunto: realmente o Litoral, além das agruras que a agricultura está sofrendo, está proibido de plantar, mesmo com prejuízo. A Comissão vai examinar as leis citadas pelo ilustre representante de Antonina.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão. A Mesa agradece a todos os presentes. O debate foi muito bom, sério, importante, e determina ao Departamento Legislativo que proceda à publicação, em avulso, de todos os debates da sessão de hoje.

Levanta-se a sessão.